



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 20 – nº 78 – março 2010

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

As migrações geram violência ou reações violentas?

EDITORIAL: As migrações geram violência ou reações violentas?	2
ITALIANO	3
La razza della violenza	3
Mandati a morire	4
No a violenza, immigrati vanno rispettati	5
Xenofobia al Sud.....	5
Caritas: La criminalità degli immigrati: dati, interpretazioni e pregiudizi	7
Lo zingaro e il clandestino non possono diventare dei capri espiatori	10
PORTUGUÊS	12
Migração aumentou violência no litoral paulista, diz secretário da Segurança.....	12
CPT - Perenidade da violência sobressai em balanço de conflitos	12
Berlusconi: “Menos imigrantes igual a menos crimes”	14
África do Sul: preocupação com a persistente violência contra refugiados e imigrantes .	14
Em Salvador (BA), assassinatos evidenciam violência contra moradores de rua	15
'Turismo de favela': violência atrai visitantes	16
Xenofobia agita política austríaca	18
ENGLISH	19
Relief for undocumented immigrants victims of violence	19
Pope condemns violence against Christians, immigrants.....	20
Italy: authorities detain African immigrants following violence	21
Migration: France Urges EU to Tighten Mediterranean Borders	22
Krishna says decrease in incidents of violence against Indians in Australia	23
Beaten, deported, but not forgotten	25
ESPAÑOL	26
Ola de violencia: asesinato de migrante egipcio en Milán es atribuido a un peruano	26
Violencia, extorsión y secuestro en paso de migrantes por México.....	27
Entidades sociales y ONG achacan a la crisis los altercados en Salt (Gerona)	28
Violencia hacia mujeres migrantes, y escaso acceso a justicia en Oaxaca.....	28
Amnistía Internacional organiza actos en más de 40 ciudades españolas para protestar contra la violencia.....	29
Los policías alertan de un brote de violencia en el CIE de Aluche	30
Delito de inmigración en Italia; delito de solidaridad en Francia	31

EDITORIAL: As migrações geram violência ou reações violentas?

O nexos entre violência e mobilidade humana é bastante evidente: o deslocamento geográfico, desde sempre, representa um eficaz caminho de fuga de situações de perigo e de opressão. A história nos relata inúmeros casos de povos que saíram da própria terra para fugir de diferentes formas de violência, como invasões, guerras, perseguições, calamidades naturais, doenças, fome etc..

Nesta perspectiva, a violência pode ser *causa* de migração, mas não necessariamente sua *consequência*. De forma geral, os deslocamentos geográficos de povos e pessoas não induzem comportamentos violentos. Diferentes pesquisas e levantamentos no mundo inteiro atestam que a criminalidade dos imigrantes não é significativamente superior à criminalidade dos autóctones. Na terra de chegada, imigração e violência não são diretamente proporcionais.

Apesar disso, no imaginário coletivo contemporâneo, a representação social dos imigrantes é extremamente negativa: é comum atrelar a chegada de estrangeiros com o aumento de crimes hediondos e outros atos violentos. De acordo com recentes declarações de um chefe de Estado europeu: “Menos imigrantes é igual a menos crimes”. Nessa esteira, a presença de “estranhos”, antes que despertar atitudes solidárias, alimenta reações de desconfiança, medo e, até, aversão.

E aqui está o paradoxo: a migração não gera violência, e, sim, *reações violentas*. Cada ano, milhões de seres humanos fogem de perseguições ou guerras (refugiados), catástrofes naturais (refugiados ambientais), fome e desemprego (migrantes econômicos) e são obrigados a ir ao encontro da violência dos países receptores. Perde-se, de fato, o “*direito de fugir*”. A fuga não é mais caminho de libertação, pois o que muda é apenas o tipo e a intensidade da violência.

As formas de violência mais comuns contra os estrangeiros são a *exploração* – negação dos direitos trabalhistas – a *exclusão social* – negação da integração ou da obtenção da plena cidadania – a *assimilação* – negação do direito de preservar a própria identidade cultural – a *expulsão sumária* – a deportação ou não admissão – a *violência física* – espancamentos e outras formas de crimes contra a integridade física dos migrantes.

Essas reações violentas contra a simples presença de estrangeiros e migrantes, de modo geral, não despertam remorsos, indignação ou crises de consciência. Isso porque existe um “clima de medo” e um conjunto de estereótipos propositalmente construídos por segmentos da sociedade interessados em “inventar inimigos” nos quais canalizar a insatisfação popular. Parafraseando os conhecidos trabalhos de René Girard sobre a violência, pode-se afirmar que a “criminalização” dos migrantes visa enfraquecer suas potencialidades reivindicativas e, ao mesmo tempo, *dissimular as verdadeiras causas das crises sociais*.

Nessa esteira, é cada vez mais comum a indignação contra o assim chamado *crime de solidariedade*: cresce o número de pessoas que, levadas por sentimentos de compaixão e solidariedade, acolhem, abrigam e socorrem migrantes residentes no país em situação administrativamente irregular. Na ótica da “demonização” dos estrangeiros, prestar algum tipo de socorro a supostos criminosos significa ser conivente com seus crimes. Espriam-se, assim, clamores de indignação – sobretudo no âmbito político – em relação a professores, agentes de saúde ou de assistência social que ousam não denunciar a “clandestinidade” dos estrangeiros residentes.

Essas sucintas reflexões não visam à criação de estereótipos negativos dos povos dos países receptores e, tampouco, de tipificações idealizadas das pessoas em mobilidade. Como já afirmamos, de modo geral não há substanciais diferenças entre as taxas de criminalidade de imigrantes e autóctones. O deslocamento geográfico, em princípio, não induz comportamentos violentos e criminosos por parte de seus protagonistas. A não ser – e aqui está o ponto – que as

persoas recém chegadas sofiram profundas e constantes “reações violentas” por parte dos povos receptores. É o caso, principalmente, das pessoas a quem é negada a possibilidade de regularizar a própria situação migratória, apesar de residir e trabalhar há anos no território. É nestas situações que explodem episódios de violência, como aconteceu recentemente na Itália. Mas nesses casos, *a origem da violência não está na migração e, sim, nas reações violentas contra a mera presença de migrantes e nas eventuais respostas destes.*

Enfim, em nossa opinião, a declaração “menos imigrantes é igual a menos crimes”, deveria ser substituída por “menos violência contra os imigrantes é igual a menos crimes” ou, melhor, “mais acolhida e solidariedade é igual a mais fraternidade e harmonia”.

ITALIANO

La razza della violenza

Meglio scaricare tutte le colpe sul parafulmine straniero. Più “lui” è colpevole, più siamo innocenti noi.

ROMA -11 febbraio 2009 - La colf è filippina, il venditore di collanine africano, il fioraio pakistano, il bancarellaro cinese, lo stupratore... rumeno. È la psicosi di un tempo malato, dove la peggiore violenza diventa “etnica”; dove il branco che distrugge la vita di una ragazza non è giudicato per ciò che ha fatto, ma per il luogo da cui proviene.

I dati raccontano altro. Il sito la voce.info rivela che dal 1990 al 2003 il numero dei permessi di soggiorno si è quintuplicato (dallo 0,8 al 4 per cento) mentre la criminalità è lievemente calata; e aggiunge che tale stima è indicativa anche per ciò che riguarda la parte “sommersa” e cioè gli irregolari e i crimini non denunciati. Ma cosa contano i dati quando una nazione intera ha voglia di lavarsi la coscienza?

Noi, folla inferocita che ha voglia di dimenticare. Noi non vogliamo vedere che gli specialisti degli stupri a base di pasticche e alcol sono giovani spesso borghesi e benestanti. E che in oltre tre quarti delle violenze sessuali lo stupratore ha “le chiavi di casa”. E che le nostre città sembrano fatte apposta per gli agguati, perché sono buie e piene di periferie degradate, perché nelle discoteche la droga gira come acqua minerale, perché di sera la metro chiude e i bus diventano rarissimi, perché le feste giovanili sono sovente territori fuorilegge dove tutto è permesso.

Noi non possiamo vedere questa realtà, perché mette in discussione troppe certezze: la famiglia sacra e protettiva, i nostri ragazzi bravi figli, il campanile stracittadino che ci è tanto caro. Quindi molto meglio scaricare tutte le colpe sul parafulmine straniero. Più “lui” è colpevole, più siamo innocenti noi.

Restano tante domande appese, ignorate. Se la nostra legge considera un’attenuante commettere dei crimini sotto l’effetto di droghe, la colpa è dei rumeni? Se i nostri magistrati considerano normale mandare a casa chi ha appena stuprato una donna, la colpa è dei rumeni? Ed è colpa loro anche se la mamma di Nettuno dice che il suo figlioletto sedicenne complice del rogo del barbone è un ragazzo di buon cuore traviato dai più grandi?

Nessuno assedia le auto della polizia, nessuno ha fame di linciaggio quando ai domiciliari viene portato “un bravo ragazzo” italiano che ha stuprato per scommessa, che ha bruciato un uomo per gioco. Nessuno chiede conto alla classe politica di una legge per cui uno stupro vale meno di tre anni di carcere, quindi vale la libertà condizionale; e di un’altra legge che ritiene impossibile la custodia cautelare quando il reato di cui si è accusati prevede la condizionale. Nessuno chiede conto alla giustizia italiana dei suoi occhi chiusi sulle violenze commesse sulle donne islamiche, da uomini che applicano in Italia la sharia più brutale che nel loro Paese non potrebbero applicare. E nessuno osa mettere il naso nella famiglia, dove la violenza è più sottile e più tragica, perché in quel caso un uomo abusa di chi gli ha regalato la sua fiducia e la sua vita, perché spesso nella sua atrocità coinvolge dei bambini, perché non di rado a chiudere la bocca della donna sono sentimenti come paura, vergogna, senso di colpa che si aggiunge allo strazio.

“Spiegate ai figli la gravità di certi gesti”, dice Giovanni Bollea. Ma bisognerebbe prima spiegarlo alle madri e ai padri. E poi spiegare che “certi gesti” non hanno colore né razza (Sergio Talamo).

Mandati a morire

Gli eritrei e i somali respinti in Italia, sono da diversi mesi nelle carceri libiche e rischiano di essere rimpatriati nel loro paese dove li attende la corte marziale e i lavori forzati

Dieci febbraio 2010. Gaeta. Il ministro dell'Interno Roberto Maroni stringe la mano all'ambasciatore libico in Italia Hafed Gaddur. L'Italia ha mantenuto l'impegno sottoscritto dal governo Prodi nel 2007. E oggi consegna alla Libia altre tre motovedette per i pattugliamenti anti emigrazione al largo di Tripoli, dopo le tre consegnate nel maggio 2009. La ricetta dei respingimenti, voluta dal governo Prodi e messa in atto dal governo Berlusconi, ha dato i frutti sperati. Gli sbarchi in Sicilia si sono azzerati negli ultimi mesi. Nel 2009 sono arrivate via mare poco più di 9mila persone a fronte di oltre 36mila giunte l'anno precedente. Dall'inizio dei respingimenti, nel mese di maggio, il numero degli arrivi è calato addirittura del novanta per cento. "Abbiamo fermato l'invasione", recitano tronfi d'orgoglio i manifesti elettorali della Lega. Nessuno però ha ancora detto agli italiani che fine hanno fatto i respinti.

A dieci mesi di distanza dai primi refoulement, abbiamo ricostruito il loro destino, grazie a una rodata rete di informatori in Libia. Molti dei respinti sono stati rimpatriati nei loro paesi. Ma non i rifugiati politici, somali e eritrei, che sono ancora in carcere. I primi si trovano in due campi, a Tripoli e a Gatrun, mille chilometri più a sud, in pieno deserto. Gli eritrei invece sono divisi tra Misratah, Zlitan, Garaboulli e, le donne, Zawiyah. E mentre in Italia si brinda al giro di vite sugli sbarchi, i rifugiati in Libia rischiano l'espulsione. Rischiano sì, perché a differenza dei contadini del Burkina Faso o dei ragazzi delle periferie di Casablanca, per un eritreo o per un somalo il rimpatrio significa arresti e persecuzioni. E in alcuni casi, la vita. La Somalia è in guerra civile dal 1991. E il regime eritreo dal 2001 stringe in una morsa sempre più serrata l'opposizione e l'esercito. La repressione è tale, che recentemente i servizi segreti eritrei sono arrivati addirittura in Libia alla ricerca degli oppositori.

È successo nel gennaio 2010. L'idea iniziale era di organizzare un'espulsione di massa, come fece l'Egitto nel 2008 quando rimpatriò in un mese ottocento eritrei, in gran parte disertori. Così, tra gennaio e febbraio, centinaia di eritrei detenuti in Libia sono stati schedati. Alle iniziali proteste di chi rifiutava di fornire le proprie generalità all'ambasciata, la polizia libica ha risposto con la violenza. Nel campo di Surman gli scontri sono stati particolarmente cruenti. Ma alla fine la diaspora eritrea è riuscita a esercitare una certa pressione sulle organizzazioni internazionali e sulla stampa. E il progetto di rimpatrio si è

ridimensionato, assumendo però un carattere ancora più preoccupante.

Secondo Radio Erena, una radio indipendente dell'opposizione eritrea basata a Parigi, tra le centinaia di eritrei detenuti in Libia, il regime ne avrebbe selezionati dodici e li avrebbe espulsi. I fatti risalirebbero al 2 febbraio 2010. Il criterio con cui i dodici sarebbero stati scelti è il ruolo politico che avevano in patria prima della fuga. Tutti infatti erano assunti presso diversi uffici ministeriali e due di loro erano membri dell'aviazione militare eritrea. Radio Erena ha diffuso una lista dei nomi: Nove dei dodici espulsi, sarebbero ancora detenuti in modo arbitrario nel carcere eritreo di Embatkala. Si tratta di: Zigta Tewelde, Asmelash Kidane, Zeraburuk Tsehaye, Zewde Teferi, Yohannes Tekle, Ghebrekidan Tesema, Tilinte Estifanos Halefom, Nebyat Tesfay e Tilinte Tesfagabre Mengstu. Inoltre, Habte Semere e Yonas Ghebremichael, che prima di fuggire dall'Eritrea lavoravano nell'ufficio del presidente Afewerki, sarebbero in queste ore detenuti nella prigione di Ghedem, vicino Massawa.

In Eritrea li attendono anni di carcere duro e torture. Ma per gli eritrei rimasti in Libia la situazione non è migliore. Nel centro di detenzione di Garabulli sono in centosettanta, rinchiusi insieme a ventiquattro somali, in celle grandi quanto un monolocale, trenta metri quadrati, dove vengono stipate fino a quaranta o cinquanta persone buttate a dormire per terra. Qui gli eritrei sono arrivati il 16 settembre, dal carcere di Bengasi, dove nel mese di agosto una rivolta dei detenuti era stata sedata nel sangue dalla polizia libica, con l'uccisione di almeno sei prigionieri somali. Anche qui il 28 dicembre 2009 sono arrivati i formulari dell'ambasciata eritrea per l'identificazione e il rimpatrio. Ma nessuno li ha voluti firmare per paura di essere perseguitato in patria. Sono quasi tutti disertori dell'esercito e in Eritrea rischiano la corte marziale e i campi di lavoro forzato. A fargli cambiare idea sono state le torture della polizia libica. L'11 gennaio li hanno fatti uscire uno a uno, nel corridoio del carcere, riempiendoli di manganellate. Un uomo è stato ammanettato e appeso al muro per i polsi, perché fosse da esempio agli altri. Alla fine hanno riempito i formulari in centoventi, altri cinquanta hanno continuato a rifiutare nonostante i pestaggi. Oggi hanno tutti la stessa paura. Chi ha firmato teme di essere rimpatriato. Chi non lo ha fatto ha paura di essere trasferito in un'altra prigione e di

passare anni nelle galere libiche. Gli anni migliori della vita. Magari con una famiglia qui in Italia che li aspetta e che da mesi non ha più loro notizie. Ma non si preoccupino gli italiani. Maroni l'ha detto e ripetuto: "La Libia fa parte dell'Onu e in Libia è

presente l'Alto commissariato per i rifugiati della nazione Unite" (Gabriele Del Grande).

Fonte: <http://it.peacereporter.net/articolo/20639/Mandati+a+morire>
08.03.2010

No a violenza, immigrati vanno rispettati

Benedetto XVI: La fede va alimentata, bene da riscoprire anche per i credenti

CITTA' DEL VATICANO - "L'immigrato è un essere umano, differente per cultura e tradizione ma comunque da rispettare", e "la violenza non deve essere mai per nessuno il modo per risolvere le difficoltà": lo ha detto il Papa all'Angelus in piazza san Pietro, riferendosi ai fatti accaduti nei giorni scorsi a Rosarno, in Calabria.

Il mondo "brancola spesso nelle tenebre del dubbio", e perciò la fede va alimentata, "è un dono da riscoprire, da coltivare e da testimoniare", anche per i credenti. Lo ha detto il Papa alla messa del Battesimo del Signore celebrata questa mattina nella cappella Sistina, rivolgendosi in primo luogo ai genitori di quattordici bambini che riceveranno tra poco il battesimo dalle mani del pontefice.

Un rito che si ripete ogni anno, ma che quest'anno Benedetto XVI ha voluto dedicare principalmente alla testimonianza della fede, pregando perché "il Signore conceda a ciascuno di noi di vivere la bellezza e la gioia di essere cristiani". Una particolare esortazione è stata rivolta dal Papa ai genitori dei bambini, chiamati ad "essere per i figli i primi testimoni della fede". Un compito, chiaramente descritto nella liturgia, per il quale - ha sottolineato Benedetto XVI - "la professione di fede e la rinuncia al peccato di genitori, padrini e madrine rappresentano la premessa necessaria". I genitori dovranno perciò "impegnarsi ad alimentare con le parole e la testimonianza della

loro vita le fiaccole della fede dei bambini, perché possa risplendere in questo nostro mondo, che brancola spesso nelle tenebre del dubbio, e recare la luce del Vangelo che è vita e speranza". Solo così, da adulti - ha concluso il Papa - potranno servire e gioire della fede e dell'appartenenza alla Chiesa".

"Non si può aspirare ad un mondo nuovo rimanendo immersi nell'egoismo e nelle abitudini legate al peccato": lo ha affermato Benedetto XVI durante la messa del Battesimo del Signore celebrata nella Cappella Sistina. Il Vangelo di san Luca racconta dell'avvicinarsi di Gesù al Giordano per ricevere il Battesimo da Giovanni Battista, in un tempo - ricorda l'evangelista - in cui Israele era in attesa di un "mondo diverso e di parole nuove", un bisogno, secondo il Papa, vivo anche oggi. Per aspirarvi, tuttavia, ha sottolineato Ratzinger, occorre fare come Gesù che, nato in una mangiatoia, anche al Giordano "si mette in fila come tutti" e dà prova di "straordinaria umiltà". Il Papa ha poi esortato, citando san Paolo, a "rinnegare l'empietà e i desideri mondani e a vivere in questo mondo con sobrietà, con giustizia e con pietà", una condizione capace di condurre "ad una vita più felice, più bella, più solidale, ad una vita secondo Dio".

Fonte: http://www.ansa.it/web/notizie/rubriche/mondo/2010/01/10/visualizza_new.html_1652704827.html 10.01.2010

Xenofobia al Sud

A dieci anni dai fatti di El Ejido, sulle tracce della Rosarno di oggi
Sara Chiodaroli

El Ejido, provincia di Almeria, Spagna meridionale. Il 6 febbraio del 2000 Encarnacion Lopez, una giovane ragazza spagnola, viene pugnalata nel Mercato cittadino di Santa Maria del Aguila da un giovane immigrato marocchino.

L'aggressione provoca una rivolta che si carica dei toni della violenza xenofoba. In quei giorni, nella

località di Almeria, si manifestavano con violenza le tensioni sociali covate per anni tra la popolazione locale e le centinaia di sin papeles che abitavano la zona, rinomata per l'economia delle coltivazioni a serra (invernaderos) e meta di richiamo per migranti in cerca di lavoro come manodopera a basso costo.

Sono trascorsi dieci anni dai fatti di El Ejido, vicenda dai tratti comuni della Rosarno italiana.

Una rivolta popolare xenofoba e, dall'altro lato, reazioni violente della popolazione straniera, sintomo del risentimento e del malcontento per le condizioni di sfruttamento e di razzismo quotidiane. In seguito all'aggressione, che in quelle ore ancora non era stata collegata al giovane marocchino, i concittadini si riversarono per le strade del paese compiendo atti di vandalismo contro ogni segno di presenza straniera, negozi e automobili di migranti. Il giorno dopo un gruppo di stranieri residenti a Las Norias, per mostrare solidarietà alla morte della ragazza, manifestarono pacificamente, ma questo non servì a placare una reazione che in realtà aveva radici ben più profonde e che era solo contestualmente connessa alla morte della ragazza.

A oggi l'economia agricola di Almeria continua a fondarsi sul lavoro a nero e sull'invisibilità dei sin papeles, amministrativamente ma anche fisicamente: i loro corpi e la loro esistenza si celano dietro i chilometri di plastica che ricoprono i terreni coltivati, mantenuti al caldo grazie al materiale e al sole cocente andaluso. Juan Goytisolo, nelle sue cronache della Spagna contemporanea, ormai non più terra di emigranti, li definiva los mares de plástico; Almeria, città portuale del levante andaluso, domina una delle zone più aride e desertiche della penisola, ma oggi, grazie alla tecnica estensiva della serra e dello sfruttamento capillare delle falde acquifere sotterranee, gode del primato per la produzione agricola esportata in tutta Europa, oltre che per il violento impatto ambientale che tale tecnica implica. Si pensi che un ettaro di terra necessita di una media di 5.500 metri cubi di acqua, il che prevede uno sfruttamento eccessivo delle risorse idrogeologiche locali, oltre all'utilizzo e alla dispersione di una quantità incredibile di plastica che, in media, viene raccolta annualmente in una quantità pari alle 30 mila tonnellate nella sola provincia di Almeria.

La maggior parte degli invernaderos andalusi si concentrano nella zona di El Ejido, Roquetas de mar, Vicar, Nijar, Berja e La Mojonera, località che si caratterizzano per una evidente presenza di residenti stranieri. Molti di essi, migranti di origine marocchina e subsahariana, vivono in condizioni disagiate in casupole e capanne costruite con materiali di scarto nelle aree limitrofe ai campi coltivati in condizioni igieniche pessime e con scarsi e quasi inesistenti contatti con la popolazione locale, se non per le note contrattazioni lavorative a nero che rappresentano la normalità nel settore agricolo della zona.

I sindacati CCOO denunciano che quasi il 70 per cento dei raccoglitori siano clandestini e

sottopagati dai loro datori di lavoro. Le infelici dichiarazioni del sindaco di Juan Enciso, sindaco di El Ejido nell'anno dello scoppio della rivolta cittadina, dichiaravano già una tendenza culturale ben definita nei confronti delle schiere di migranti al lavoro nelle campagne, "A las ocho de la mañana todos los inmigrantes son pocos, a las ocho de la noche, sobran todos", molto utili durante il giorno e non sufficientemente numerosi, ma scomodi dopo l'orario di lavoro, quando allora si rendono visibili agli occhi dei locali. Sono circa 38500 le persone che lavorano legalmente negli invernaderos di Almeria, dei quali la metà sono stranieri, prevalentemente marocchini, subsahariani, provenienti da diversi Paesi, polacchi e rumeni. Secondo Spitou Mendy, portavoce del sindacato SOC Almeria per i lavoratori agricoli della zona, la maggior parte dei migranti che vi lavorano sono in una fase transitoria del loro progetto di migrazione, ovvero, non appena raggiungono la cifra di cui hanno bisogno, abbandonano la campagna per riprendere il cammino, dal momento che la situazione locale prevede esclusivamente sfruttamento e tensione sociale con la popolazione così come pure tra i diversi gruppi di stranieri. Chi lavora in regola arriva a guadagnare 40 euro al giorno, ma chi non lo è può arrivare anche a prendere dai dieci ai quindici euro.

Dalla sua esperienza di sindacalista emerge una tendenza comune da parte dei datori di lavoro: dopo cinque anni normalmente il lavoratore irregolare straniero viene licenziato perché, ormai padrone della lingua spagnola ed educato ai suoi diritti di lavoratore e di aspirante cittadino, rappresenterebbe una bomba a orologeria in un gruppo di lavoro di persone neo arruolate e prossime a nuovi sfruttamenti. Sempre dalla voce di Mendy, veniamo a conoscenza degli atti di intimidazione della Guardia Civil nei confronti dei sin papeles di El Ejido nel dicembre del 2008, quando gli agenti entrarono per più notti nelle casupole nascoste nella campagna, assicurando dubbi mandati di perquisizione ai fini dell'espulsione degli eventuali clandestini. Negli stessi mesi nella località di Nijar, furono denunciati atti simili da parte della polizia statale la quale avrebbe minacciato i migranti al grido di "moros fuera de aquí", obbligando gli occupanti delle baracche a uscire dalle abitazioni.

Dopo dieci anni dai fatti di El Ejido, abbiamo appena commemorato l'anniversario ventennale della morte di Jerry Masslo, il bracciante sudafricano occupato nella raccolta dei pomodori a Villa Literno, ucciso nell'agosto del 1989, a pochi chilometri dove si è consumata la triste vicenda di Rosarno, terre dove si vanno a intersecare pericolosamente le vite dell'Italia di sempre e

quelle di un Paese dal volto nuovo, non accettato, né riconosciuto quando è la nostra stessa economia a portare il suo nome. Mentre si ricordano e si ricorderanno le spaventose immagini della violenza xenofoba di Almeria, in questi stessi giorni si dibatte sul diritto alla registrazione anagrafica obbligatoria (empadronamiento) per tutti i sin papeles residenti in Spagna, provvedimento che implica l'accesso all'assistenza sanitaria indiscriminata e al diritto all'istruzione per i minori. Esso è in vigore da molti

anni nella Legislazione spagnola, tuttavia, mala tempora currunt e alcuni municipi della penisola hanno iniziato ad apportare non casuali modifiche in totale autonomia dalla legge statale. È il caso del comune catalano di Vic e del castigliano Torrejón, dove è stato proposto di limitare tale "diritto" a coloro che sono in possesso di permesso di soggiorno, contravvenendo allo spirito originario della suddetta legge.

Fonte: <http://it.peacereporter.net/articolo/20145/Xenofobia+al+Sud>
08.02.2010

Caritas: La criminalità degli immigrati: dati, interpretazioni e pregiudizi

Dossier Immigrazione Caritas-Migrantes Agenzia Redattore Sociale

Presentazione della ricerca – Roma, 6 ottobre 2009 – Ore 11.00 – Sala conferenze Fnsi

Nonostante condizioni sociali e normative sfavorevoli, il "tasso di criminalità" degli immigrati regolari nel nostro paese è solo leggermente più alto di quello degli italiani (tra l'1,23% e l'1,40%, contro lo 0,75%) e, se si tiene conto della differenza di età, questo tasso è uguale a quello degli italiani. A influire al riguardo, infatti, sono le fasce di età più giovani, mentre è addirittura inferiore tra le persone oltre i 40 anni.

Gli stranieri regolari incidono sulle denunce all'incirca nella stessa misura percentuale in cui incidono sulla popolazione residente, come si legge anche nel "Rapporto sulla criminalità straniera in Italia" del Ministero dell'Interno. Non esiste alcuna corrispondenza tra l'aumento degli immigrati regolari e l'aumento dei reati in Italia: tra il 2001 e il 2005, mentre essi sono cresciuti di più del 100%, le denunce nei loro confronti hanno conosciuto un aumento del 45,9%.

Il coinvolgimento degli immigrati in attività criminose è legato in maniera preponderante alla condizione di irregolarità: oscilla infatti tra il 70 e l'80% la quota di irregolari tra le persone denunciate. Va però tenuto conto, per non trasformare gli irregolari in delinquenti, dei cosiddetti reati "strumentali" o relativi alla condizione stessa dell'immigrato, che incidono per almeno un quarto sul carico penale degli stranieri.

Sono alcune delle principali conclusioni della ricerca "La criminalità degli immigrati: dati, interpretazioni e pregiudizi", promossa dall'Agenzia Redattore Sociale e realizzata dall'équipe del Dossier Statistico Immigrazione Caritas/Migrantes, presentata oggi a Roma presso la Federazione nazionale della stampa italiana (Fnsi). Avvalendosi di quella che viene definita la "circolarità delle fonti", in base a nuove correlazioni e a confronti su periodi temporali omogenei e sufficientemente

lunghi, la ricerca ridimensiona in modo netto la portata di alcuni studi e di numerose affermazioni che in questi anni hanno contribuito ad alimentare l'allarme per "l'emergenza criminalità" degli stranieri.

Il testo, parzialmente anticipato nel prossimo "Dossier Statistico Immigrazione" (presentazione: 28 ottobre 2009), sarà pubblicato integralmente nella prossima edizione della "Guida per l'informazione sociale 2010" (pubblicazione biennale), che Redattore Sociale presenterà a fine novembre. Di seguito se ne riportano in estrema sintesi alcuni elementi chiave.

Alcuni elementi di cui tener conto quando si leggono i dati su immigrazione e criminalità

- In Italia la stragrande maggioranza dei reati ascritti agli immigrati sono classificati come "reati di stranieri", in quanto sono pochissimi gli immigrati che hanno ottenuto la cittadinanza italiana. In altri paesi, dove il tempo di ottenimento della cittadinanza è più breve o il fenomeno è più antico, sono invece molti di più i reati commessi da "immigrati" che finiscono nelle statistiche della criminalità locale. In Germania, ad esempio, gli stranieri sono il 9% della popolazione e quelli di origine straniera il 18%.

- Per incidenza degli immigrati sulla criminalità si intende la percentuale degli immigrati sul totale delle denunce contro autori noti.

- Le statistiche giudiziarie dell'Istat non registrano la variabile della titolarità o meno del permesso di soggiorno da parte delle persone straniere denunciate, che però sono registrate dal Ministero dell'Interno: bisogna, pertanto, incrociare i due archivi.

- Il contributo degli immigrati alla criminalità, pur essendo visibile in alcune fattispecie gravi, è prevalentemente limitato a episodi di

microcriminalità (i cosiddetti soft crimes), comunque preoccupanti e non sottovalutabili.

- È molto alta l'incidenza di immigrati come vittime di reati da parte di altri immigrati. In particolare, per i reati violenti tale incidenza oscilla a seconda delle fattispecie tra un quarto e un sesto del totale.

Denunce

Analizzando l'andamento delle denunce nel quinquennio tra il 2001 e il 2005 (ultimo anno in cui sono disponibili le statistiche giudiziarie dell'Istat, mentre per gli anni successivi esistono solo gli aggiornamenti del ministero dell'Interno sul numero totale), la ricerca ha ritenuto attendibile un confronto tra la prima e l'ultima annualità.

Denunce, un quadro d'insieme			
	2001	2005	Variazione
Totale denunce	2.163.826	2.579.124	+19,1
Denunce contro autori noti*	513.112	550.590	+7,3%
<i>Incidenza denunce contro autori noti su tot. denunce</i>	23,7%	21,3%	-10,1%
Denunce contro autori italiani	423.722	420.130	-0,8%
Denunce contro autori stranieri	89.390	130.131	+45,9%
Denunce contro autori stranieri regolarmente residenti	Non disponibile	37.709 (28,9% su tot.)	Non disp.
<i>Incidenza denunce contro stranieri (regolari e non)</i>	17,4%	23,7%	+36,2
Totale stranieri residenti (Istat)	1.334.889	2.670.514	+100,01%
Totale stranieri regolarmente presenti (Stima Dossier)	Non disponibile	3.035.144	Non disp.

* Le denunce contro autori noti corrispondono normalmente a poco meno di un quarto del totale delle denunce.

Incidenza dei reati connessi, a vari livelli, con la condizione stessa di cittadino straniero (anno 2005). Reati	Totale	Commessi da immigrati (compresi gli irregolari)	Incidenza
Leggi in materia di immigrazione	21.996	19.189	87,2%
Tratta e commercio di schiavi	613	501	81,7%
False dichiarazioni sull'identità	7.410	5.513	74,4%
Riproduzione abusiva registrazioni cinematografiche ecc.	5.294	3.219	60,8%
Furto	51.355	20.305	39,5%
Rissa	6.927	2.573	37,1%
Resistenza a pubblico ufficiale	14.099	4.909	34,8%
Stupefacenti	42.409	14.402	34,0%
Falsità in atti privati e uso atti falsi	14.132	4.415	31,2%
Ricettazione	45.058	13.098	29,1%
Denunce complessive contro autori noti	550.590	130.131	23,7%

È invece molto più bassa l'incidenza degli stranieri sul totale delle denunce per altri tipi di reati: rapine in banca (3%) o negli uffici postali (6%), evasione fiscale e contributiva (5,8%), omissione dei contributi previdenziali (8,0%), associazione per delinquere (10,6%).

Tasso di criminalità

Il tasso di criminalità è il rapporto tra le denunce presentate (contro autori noti) e il totale della popolazione di riferimento. Per quanto riguarda la popolazione immigrata, esso viene qui calcolato in base a due diverse platee di riferimento: 1) la popolazione di immigrati regolarmente residenti iscritti alle anagrafi comunali (dati Istat), pari nel

2005 a 2.670.514 persone; la popolazione di immigrati regolarmente soggiornanti, titolari di permesso di soggiorno anche se ancora non registrati in anagrafe, pari nel 2005 a 3.035.144 persone (stima Dossier Caritas/Migrantes).

Il numero delle denunce usato per il calcolo è invece quello contro i soli immigrati regolari, pari nel 2005 a 37.709 unità. È un'accortezza raccomandata nel Rapporto sulla criminalità in Italia (2007) del Ministero dell'Interno ("Solo depurando gli stranieri denunciati dalla componente irregolare potremo dire se l'incidenza degli stranieri è superiore rispetto a quella che si riscontra nella popolazione residente in Italia").

Tasso di criminalità generale (anno 2005)			
	Italiani	1) Immigrati regolarmente residenti (Istat)	2) Immigrati regolarmente soggiornanti (Dossier)
Tasso di criminalità	0,75%	1,41%	1,24%

Non corrisponde quindi al vero l'affermazione che il tasso di criminalità degli immigrati è di 5-6 volte superiore a quello degli italiani, come spesso si continua ad affermare.

Tasso di criminalità per fasce di età

L'incidenza degli stranieri sulla criminalità viene solitamente calcolata come se le due popolazioni (italiani e immigrati) avessero la stessa composizione anagrafica. In realtà la popolazione immigrata è caratterizzata da una concentrazione di soggetti giovani molto più forte. Viene qui

calcolata per la prima volta l'effettiva incidenza degli immigrati sulla criminalità – “tasso di criminalità” – anche in base alle singole fasce di età.

Poiché le statistiche giudiziarie dell'Istat non forniscono questo dato anagrafico riguardante le denunce, lo stesso è stato desunto dalle condanne penali comminate nel 2004: esse sono state in totale 239.391, delle quali cui 62.236 a carico di immigrati.

Incidenza sul totale delle condanne a carico di italiani e immigrati per fasce di età tra i 18 e i 64 anni (anno 2004).		
Età	18-44	45-64
Italiani + Immigrati	78,6%	17,9%
Italiani	73,7%	22,3%
Immigrati	95,5%	5,3%

Da questo primo confronto emerge come l'incidenza degli immigrati si concentri nella fascia di età più giovane in modo molto più rilevante che per gli italiani (95,5% rispetto a 73,7%).

È possibile ora presumere che il dato delle condanne sia equiparabile a quello delle denunce del 2005. Tale equiparazione permette di calcolare l'effettivo tasso di criminalità in base alle diverse fasce di età.

Tasso di criminalità per fasce di età (denunce anno 2005)		
Età	18-44	45-64
Italiani	1,50%	0,65%
1) Immigrati regolarmente residenti (Istat)	2,14%	0,50
2) Immigrati regolarmente soggiornanti (Dossier)	1,89%	0,44%

La differenza tra italiani e stranieri si concentra tra i ventenni e i trentenni, una fascia di età in cui è più frequente che gli immigrati inizino la loro vicenda migratoria. Dai 40 anni in poi, quando l'inserimento si è consolidato, il tasso di delinquenza è minore degli italiani. Se anche tra gli italiani i giovani di 18-44 anni fossero il 92,5% del totale, le denunce per questa fascia di età aumenterebbero di più di 200.000 unità e, nel complesso, la popolazione italiana avrebbe un tasso di criminalità dell'1,02%, molto vicino all'1,24% registrato per la popolazione immigrata regolare.

Considerando poi i reati commessi “in quanto stranieri” (con infrazioni legate alla normativa che li riguarda in maniera specifica) si conclude che il tasso di delinquenza tra italiani e stranieri è

equiparabile. Anzi, se si tenesse conto delle più sfavorevoli condizioni socio-economico-familiari degli immigrati, la bilancia finirebbe per pendere dalla loro parte.

È questo l'elemento messo in risalto in maniera innovativa dalla ricerca rispetto ai 4 milioni di stranieri che vivono in Italia.

Irregolari

Dal 2007 si devono intendere per immigrati coloro che vengono per trattenerli in Italia per più di 3 mesi. La ripartizione degli immigrati, entrati irregolarmente in Italia, così come specificata dal Ministero dell'Interno (2006), è caratterizzata dalla prevalenza dei regolari diventati irregolari.

Irregolari	
Titolari di permesso di soggiorno scaduto (<i>overstayers</i>)	64%
Entrati illegalmente via terra	23%
Entrati irregolarmente via mare	13%

L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite dei rifugiati ha precisato che, tra quanti entrano irregolarmente via terra o via mare, più della metà vengono riconosciuti come richiedenti asilo e meritevoli di protezione umanitaria.

Inoltre, nonostante sia molto alto il numero delle persone "di passaggio" in Italia per vari scopi, sia regolari (in esenzione non solo del permesso di soggiorno ma anche del visto) che irregolari, non esistono cifre attendibili sul loro turn over, e di conseguenza tale platea non viene inclusa nei calcoli sui tassi di criminalità che, di conseguenza, viene maggiorato rispetto al reale.

La precauzione a non equiparare gli irregolari con i delinquenti viene suggerita anche dal fatto che, tra gli attuali 4 milioni di cittadini stranieri residenti in Italia, almeno 2 milioni siano stati irregolari per un periodo più o meno lungo a causa della complessità della normativa sugli stranieri e della capacità di attrazione del circuito del lavoro nero.

Carcere

Il tasso di incarcerazione complessivo non è calcolabile, ma è da ritenersi simile per italiani e per gli immigrati regolari, mentre è molto più alto per gli immigrati irregolari che possono fruire meno degli arresti domiciliari e delle altre misure alternative alla detenzione.

Come ha rilevato uno studio di Dario Melossi, a seguito di un'indagine sul campo, per gli immigrati, anche regolari, è molto più alta la probabilità di essere fermati rispetto agli italiani: 1,4% contro il 14%.

È molto evidente la funzione custodialistica del carcere nei confronti degli immigrati, sia perché tra di essi quelli in attesa di giudizio sono quasi i due terzi del totale (62,3%) sia perché il turn over nei loro confronti è più accentuato e coinvolge più di 40 mila persone l'anno.

Detenuti stranieri e incidenza sul totale		
	Italiani	Immigrati
Su totale detenuti al 31 dicembre 2008 (58.127)	62,9%	37,1%
-di cui detenuti con condanna definitiva nel 2008 (26.587)	45,4%	37,7%
Ingressi in carcere nel 2008 (92.800)	53,6%	46,4%

Le norme penali, senza disconoscerne la funzione, non fanno venir meno la preminenza della politica d'integrazione e, per quanto riguarda il carcere,

non ne vanno sottaciuti i costi: un anno in carcere per una persona costa all'erario 57.000 euro.

Fonte:

http://www.caritasitaliana.it/materiali/dossier_immigrazione/comunicato_criminalita_immigrati_06102009.pdf 06.10.2009

Lo zingaro e il clandestino non possono diventare dei capri espiatori

Appello: "Il sonno della ragione genera mostri".

Recenti avvenimenti di cronaca, e la loro accresciuta rappresentazione mediatica, hanno portato ad emergere in maniera plateale un diffuso atteggiamento di sospetto, quando non manifestazioni di vero e proprio razzismo, verso gli zingari, italiani e immigrati.

La denigrazione verbale, genericamente diretta a queste comunità ed anche gli episodi di aperta violenza e razzismo nei loro confronti, non possono essere in alcun modo tollerati. Spesso questi comportamenti vengono giustificati come risposta al presunto alto tasso di devianza di questo popolo, dimenticando che i reati in sé sono sempre compiuti da singole persone e che la responsabilità penale è, per legge, individuale.

Una politica intelligente, a vantaggio della sicurezza dei singoli e della collettività, sarebbe quella di analizzare le cause che portano ad una maggiore devianza tra queste persone (emarginazione sociale e culturale, assenza di politiche d'integrazione, ecc.) offrendo misure atte a governare davvero l'immigrazione e a coniugare politiche di sicurezza con quelle di accoglienza ed integrazione. Si preferisce invece battere il tasto sulla paura della gente e sulla necessità di inasprire le leggi e le pene.

È anche strano che il battage pubblicitario sulla sicurezza e sulla paura degli italiani, avvenga proprio quando il Ministero di Giustizia dimostra, statistiche alla mano, che i reati in Italia sono diminuiti e che in Europa - il nostro Paese è uno

dei più sicuri dal punto di vista dell'ordine pubblico.

Il sospetto che esista una precisa regia dietro queste campagne mediatiche è inevitabilmente forte: una regia volta a rendere più accettabili misure di legge intollerabili contro i diritti della persona. Una regia che sposta l'attenzione degli italiani dal pesante declino economico e sociale in cui stiamo vivendo, verso un nemico ed un obiettivo esterno: lo zingaro, l'immigrato, il diverso.

Come spesso succede nella storia, anche su questo versante come popolo italiano abbiamo la memoria corta e ci sembra lecito accettare attacchi verbali e misure contro gli zingari che consideriamo intollerabili, quando rivolte ad altri popoli od etnie. È un atteggiamento pericoloso e, per dirlo con le parole di Goya, "il sonno della ragione genera mostri".

Non è mai colpa nostra se le cose vanno male, è sempre colpa di qualcun altro e così, mentre ci beiamo della supposta imbattibilità della creatività italiana, non ci accorgiamo che la crisi del nostro Paese di fronte alle sfide della globalizzazione è anche crisi di capacità di interloquire con l'esterno, le culture degli altri, la gestione serena dei fenomeni del nostro secolo, quali l'unità europea e le migrazioni.

In ogni caso, è certo che una politica esclusivamente di pura e semplice repressione dei reati che derivano dal disagio sociale sarà una tela di Penelope, e se non ci si indirizzerà anche verso la rimozione delle cause della condizione dei rom, non servirà a molto: a meno certamente di non innalzare l'escalation fino alla deportazione collettiva, all'arresto indiscriminato, o peggio, cosa fortunatamente proibita dalle normative internazionali. Non sembri retorica quest'ultima osservazione: rom e i sinti sono state vittime nei lager, e quella tragedia che in lingua zingara è ricordata come Porajmos, ed equivale alla shoah del popolo ebraico, pone un dovere di memoria e una responsabilità di tutti per il presente e il futuro.

I sottoscritti promotori di questo appello, operatori nel campo dell'immigrazione e dei problemi sociali, con esperienze disparate e di diverse ispirazioni politiche, culturali e religiose, propongono questi punti all'attenzione del governo nazionale, regionale e locale, dei media, nonché degli operatori sociali così come di quelli di polizia:

Combattere la campagna mediatica volta a creare atteggiamenti razzisti e xenofobi nei confronti degli zingari, ma anche dell'immigrazione in generale. Adottare efficaci politiche di sicurezza e chiudere i campi nomadi, in quanto ghetti e fonte di emarginazione ed illegalità, incentivando misure di vera accoglienza ed integrazione di queste comunità; i "campi nomadi" sono costosi, perpetuano le discriminazioni, ostacolano una reale integrazione. Sono anche una "zona grigia" di illegalità, su cui occorre che sia fatta luce, per tutelare in primo luogo i più deboli tra coloro che vi vivono.

Procedere ad un vero e completo censimento dei singoli e dei nuclei familiari di zingari presenti in Italia, come primo passo verso misure di integrazione diversificate ed efficaci.

Per i minori e i giovanissimi, nati e vissuti nelle baracche, occorre prevedere con coraggio e creatività opportunità di integrazione e anche di cittadinanza, capaci di rompere un circuito davvero infernale di sottrazione di futuro.

Ridurre i casi di espulsione solo per le persone che non hanno titolo o che hanno commesso reati legalmente comprovati; chi ha tale titolo, inoltre, deve essere trattato con rispetto e dignità. Prevenire le condizioni di emarginazione, miseria e criminalità sarà sempre più razionale e anche più economico che reprimerne gli esiti.

Occorre un'integrazione tra il livello europeo, quello nazionale, quello regionale e comunale: occorre evitare infatti che la sindrome del "non nel mio cortile": i rom non sono immondizia.

Mantenere la memoria collettiva del Porajmos, anche incentivando la ricerca storica sui campi di concentramento costituiti dal governo italiano nel periodo fascista, un evento rimosso e colpevolmente dimenticato.

Incoraggiare la voce dei Rom e Sinti italiani, che ad oggi sono l'unica minoranza linguistica storica del nostro Paese a non godere di alcuna tutela: auspichiamo che sorga un'associazione rappresentativa della comunità zingara italiana.

Daniela Carlà, Giuseppe Casucci, Luca Cefisi, Piero Soldini

Fonte:
http://www.immigrazioneoggi.it/rubriche/campagna_rom/appello.html
15.02.2010

PORTUGUÊS

Migração aumentou violência no litoral paulista, diz secretário da Segurança

DA REPORTAGEM LOCAL

O secretário da Segurança Pública, Ronaldo Marzagão, aponta que a migração é a principal causa do aumento da violência no litoral paulista. A região tem perspectiva de um forte crescimento econômico nos próximos anos, especialmente devido aos investimentos que a Petrobras deve fazer em terminais e plataformas para a exploração do gás natural da bacia de Santos.

Para Marzagão, é a expectativa de criação de empregos nessa área que atrai pessoas de todo o país em busca de espaço no mercado de trabalho. Seriam esses migrantes os responsáveis pelo aumento no número de homicídios.

"Aquela região litorânea, em função da perspectiva de exploração de petróleo, de gás etc., está recebendo uma migração de pessoas que aguardam empregos. Por exemplo, em Santos, a Petrobras está para construir duas torres enormes", diz.

Em relação a Caraguatatuba, cidade que assumiu em 2008 o posto de mais violenta do Estado, Marzagão afirma que o pico de homicídios entre agosto e novembro foi ligado a drogas -disputa

por pontos-de-venda e acertos de contas- e teve o envolvimento de seguranças particulares, mas que a situação já foi resolvida e, desde então, houve uma forte redução nos indicadores de violência.

"Em Caraguatatuba nós tivemos um pico de homicídios, mas nos últimos dois meses já houve diminuição. A sede do batalhão mudou de São Sebastião para Caraguatatuba. Isso por si só vai trazer um incremento maior dos meios de gestão, os meios operacionais."

Marzagão afirma que a inteligência policial é a responsável pela queda no número de homicídios no Estado e diz que esses "repiques" das mortes violentas em determinadas cidades são circunstanciais. "Por circunstâncias de momento, há picos em determinado local. Então, tem de trabalhar, tem de ter os dados, o mapa da criminalidade, para poder fazer a cobertura [e trabalhar] para que diminua. E a única forma é com inteligência policial", diz o secretário.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0802200902.htm>
08.02.2009

CPT - Perenidade da violência sobressai em balanço de conflitos

Para integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), análise comparativa de dados do 1º semestre mostra que quem luta pela terra tende a se deparar com expulsão promovida por agentes privados ou com despejo público

Por Maurício Hashizume

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou, nesta quinta-feira (3), dados sobre os conflitos agrários do primeiro semestre deste ano. Mais do que sinais de recuo em números absolutos (de janeiro a julho de 2009, foram registrados 366 conflitos, que afetaram diretamente 193.174 pessoas; ao passo que no mesmo período de 2008, foram contabilizados 678 conflitos e 301.234 envolvidos) ou indicadores de intensificação em termos relativos (um assassinato a cada 30 conflitos, no 1º semestre de 2009, e um assassinato a cada 52 conflitos, nos primeiros seis meses de 2008), a regularidade do desrespeito aos direitos humanos e a persistência das condições geradoras e dos atos de confronto dão contornos à violência no campo brasileiro.

Dados sobre expulsões (promovidas por agentes privados) e despejos (executados pelo poder público) ilustram bem essa forte tendência de continuidade. Segundo Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional da CPT, é possível identificar inclusive uma "sincronia" de ações em que o resultado final é sempre o mesmo: a negação do acesso de trabalhadores e comunidades à terra. "Quando os despejos não são feitos pelo Estado, a ação privada nas expulsões aumenta [como se deu em 2007]. Quando o próprio Estado faz mais despejos [como se verifica em 2008 e 2009], a ação privada diminui".

"O que vem ocorrendo no campo brasileiro é a persistência da violência. Há momentos em que esta violência declina e depois retorna. Mas se olharmos ao longo do tempo - considerando que

imaginávamos que no terceiro milênio este processo seria superado, com uma ampla reforma agrária e uma série de políticas públicas -, vemos o quadro sem modificação", complementa Darci Frigo, da organização não-governamental (ONG) Terra de Direitos. "Permanecem as condições que permitem a perpetuação desta violência, seja por parte de agentes da força pública ou de milícias privadas".

Ao todo, foram 12 assassinatos, 44 tentativas de homicídio, 22 ameaças de morte e seis pessoas torturadas de janeiro a julho deste ano. Nos mesmos meses de 2008, foram 13 assassinatos, 32 tentativas de homicídio, 38 ameaças de morte e dois torturados. Se o mês de agosto de 2009 for incluído no balanço, o número sobe para 17 (confira lista divulgada pela CPT) - sem os cinco assassinados no Assentamento Chico Mendes, em Brejo da Madre de Deus (PE), em julho, pois o crime ainda está sob investigação.

De acordo com a CPT, 2.013 foram libertadas de trabalho escravo na metade inicial de 2009. Nos Estados do Acre, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Tocantins e Bahia, o número de libertações já é maior que o registrado em todo o ano passado. Surpreendentemente, 39% (786 pessoas) dos que ganharam a liberdade no 1º semestre eram explorados no Sudeste.

Um dos dados mais preocupantes é a quantidade de adolescentes libertados da escravidão. Apenas no primeiro semestre de 2009, foram libertados 88 jovens com menos de 18 anos. No mesmo período em 2008, foram 16. "Isso mostra uma nova geração sob o jugo da escravidão, perpetuando o histórico de seus antepassados", comenta a CPT, que salienta que os dados ora divulgados são parciais, pois novas informações a respeito de conflitos ocorridos neste mesmo período poderão ser incluídas posteriormente no relatório anual.

Na visão de Dirceu, a estrutura estatal (incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) atua a favor da permanência da concentração da terra, apontada por ele como causa fundamental dos conflitos agrários. "O Estado não está para cumprir os direitos constitucionais", declara. O representante da CPT lembra que não há uma reforma agrária efetiva no país, que a impunidade não regride e que as políticas públicas que deveriam garantir qualidade de vida não são capazes de evitar a vulnerabilidade dos excluídos - que desemboca em fluxos migratórios e na sujeição ao trabalho escravo.

Para Darci Frigo, além da ausência de avanços efetivos na política de democratização da terra, as obras de infra-estrutura de apoio ao agronegócio,

como as previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, também contribuem para este clima de pressão. "As populações locais e os grupos que se opõem [a esses empreendimentos] sofrem intimidações e, às vezes, chega-se ao recurso desta violência extrema", completa o advogado da Terra de Direitos, que acompanha questões de conflitos agrários país afora.

"Mesmo que tenhamos uma Secretaria Especial no país que tenha preocupações com uma política que respeite os direitos humanos, os Estados têm autonomia sobre as polícias. [O comando estadual] Tem vínculos políticos com grupos locais e acaba sendo conivente com a violência, inclusive com o processo de criminalização [dos movimentos sociais] como o que ocorre no Rio Grande do Sul. Lá, a própria Brigada Militar é agente da violência, apoiada por forças privadas", acrescenta Darci. "A relação das forças econômicas locais com os aparatos policial e judicial acaba sendo um fator que mantém a liberdade de atuação desses grupos que utilizam de violência".

Índices

Uma das questões relacionadas à violência no campo que está na ordem do dia é a atualização dos índices de produtividade. Em resposta à Jornada Nacional de Lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizada em diversos Estados da federação em meados de agosto, representantes da cúpula governamental prometeram publicar em 15 dias a portaria que atualiza os índices que seguem parâmetros de 1975. Com novos critérios de exigência, propriedades hoje consideradas produtivas podem vir a ser enquadradas como improdutivas e sujeitas à reforma agrária.

Logo após o anúncio, setores ligados aos ruralistas - encabeçados pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes - condenaram a atualização. De tão sensível, a questão acabou sendo levada aos comandos partidários. Como forma de pressão, setores do PMDB ameaçam retaliações ao governo. O prazo inicial estipulado se encerrou e, ao que tudo indica, a portaria com os novos índices e a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prometida aos movimentos sociais do campo, não deve ser publicada assim tão breve.

"Não será estranho se o governo enrolar mais alguns anos para atualizar os índices de produtividade", comenta Dirceu, da CPT, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele, aliás, não vê muita distinção entre os ruralistas e o governo e mostra desconfiança

sobre a efetividade do compromisso palaciano. "Não temos o Estado imparcial que faz a mediação entre os interesses do capital e do trabalho", sublinha.

Na última terça-feira (1º), a CPT apresentou nota pública à sociedade em apoio à atualização dos índices. "A conclusão óbvia a que se chega é que por trás desta guerra da bancada ruralista, teimando em manter os velhos índices de produtividade de 1975 está o intento de preservar o latifúndio improdutivo das empresas nacionais e estrangeiras, desconsiderando a função social da propriedade, estabelecida na nossa Constituição Federal, continuando o Brasil, assim, o campeão mundial do latifúndio depois de Serra Leoa".

A entidade questiona o número de 400 mil propriedades rurais que seriam afetadas pelos novos critérios e que inviabilizariam a produção agrícola do país. "Na realidade, este número corresponde a apenas 10% das propriedades rurais, embora ocupem 42,6% das terras. Com efeito, das 4.238.447 propriedades cadastradas

pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], 3.838.000, ou seja, 90% não seriam afetadas pela medida. São estas propriedades as que garantem 70% do alimento que é posto na mesa dos brasileiros", coloca o documento da comissão.

"Onde há maior concentração de sem-terra é onde o número de assentamentos é menor. E isso justamente ao lado de áreas improdutivas, que a atualização dos índices poderia facilmente disponibilizar para assentamento das famílias", emenda a nota. Segundo a CPT, há uma concentração de ocupações e acampamentos nas Regiões Nordeste e Centro-Sul, em descompasso com os assentamentos instalados pelo governo na Amazônia. "Fica claro, pois, que onde há mais procura por terra, no Nordeste e no Centro-Sul, há menos disponibilidade de terras. E um dos fatores que limita esta disponibilidade são os índices defasados de produtividade".

Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1641>
03.09.2009

Berlusconi: “Menos imigrantes igual a menos crimes”

Grande polémica em Itália após declarações de Silvio Berlusconi. Para o primeiro-ministro italiano “menos imigrantes é igual a menos crimes”. A equação política foi apresentada esta semana durante um Conselho de Ministros para aprovar um plano contra a máfia, em Reggio Calabria, no sul do país.

“Uma redução do número de extra-comunitários em Itália, significa menos forças a preencherem as fileiras do crime organizado”, afirmou o chefe do executivo italiano. Mais tarde, na televisão, Berlusconi precisou que falava apenas dos imigrantes clandestinos.

Mas a frase caiu mal e a porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Itália, manifestou-se revoltada por Berlusconi estigmatizar os imigrantes.

Quanto à oposição, o Partido Democrata fala em racismo. “As declarações são muito graves, é um incitamento ao racismo. Por outro lado, são infundadas porque os imigrantes que vivem no nosso país são necessários para a nossa economia”, afirmou Livia Turco.

Este mês, a cidade de Rosarno, no sul, foi palco de violentos confrontos raciais. Dois imigrantes africanos foram alvejados e os trabalhadores sazonais responderam com carros incendiados e lojas vandalizadas. Os residentes contra-atacaram e pelo menos 70 pessoas ficaram feridas. O governo decidiu, então, levar mil imigrantes para cidades periféricas.

Fonte: <http://pt.euronews.net/2010/01/29/berlusconi-menos-imigrantes-igual-a-menos-crimes/> 29.01.2010

África do Sul: preocupação com a persistente violência contra refugiados e imigrantes

A Amnesty International considera deplorável que a polícia local e provincial não tenha proporcionado segurança aos refugiados que vivem na região de Siyathemba/Balfour, província sul-africana de Mpumalanga, nem protegido seus bens.

Na noite de 7 de fevereiro, pela segunda vez em menos de oito meses, refugiados e imigrantes foram obrigados a fugir por causa da ameaça de uma multidão armada que saqueou e destruiu comércios e propriedades, prejudicando seus meios de subsistência. Ao que parece, 134

peças - entre adultos e menores de idade, em sua maioria refugiados etíopes - foram afetadas pelos atos de violência tendo que buscar refúgio em áreas consideradas mais seguras, fora da província.

Apesar do empenho dos observadores humanitários e de direitos humanos neste domingo, entre os quais a Amnesty International, e dos comandos da polícia terem sido alertados sobre a tensa situação, aparentemente a polícia provincial não foi capaz de evitar a escalada da violência.

Entre os afetados estão refugiados que, pela terceira vez desde 2008, sofreram atos de violência e deslocamentos internos na África do Sul. Uma dessas pessoas disse a Amnesty International: "Nos mandaram sair (de Siyathemba). Destruíram nossas lojas. Perdi tudo novamente. Estou com muito medo".

Em setembro de 2009, a Amnesty International escreveu ao ministro do Interior, Nkosazana Dlamini Zuma, falando de sua preocupação com as ameaças de violência e os insultos aos refugiados e imigrantes, objetos de agressão em Siyathemba/Balfour durante os protestos da comunidade, em julho do mesmo ano, e pela incapacidade do governo local de prestar determinados serviços. A organização de direitos humanos manifestou também sua preocupação pela coação contra refugiados e imigrantes para que retirassem as suas denúncias e não reivindicassem indenizações, aparentemente como condição para voltarem às comunidades de onde haviam sido expulsos.

Em um memorando endereçado ao governo em agosto de 2009, a Amnesty International agradeceu a declaração pública feita pelo presidente Jacob Zuma condenando a violência contra estrangeiros e comunicando sua decisão de reunir-se com os refugiados e imigrantes que foram desalojados durante os protestos de julho. A organização de direitos humanos também agradeceu o fato de os comandos da polícia nacional, no final de 2009, responderem de maneira positiva à iniciativa da sociedade civil, sob a liderança da ACNUR, para melhorar os sistemas de prevenção da violência contra refugiados e estrangeiros.

Entretanto, como bem demonstram os recentes atos de violência do dia sete de fevereiro de 2010 em Siyathemba/Balfour e outros incidentes de grande escala que ocorreram em 2009, há uma cultura de impunidade para os delitos cometidos contra refugiados e imigrantes. Persiste também uma fraca conscientização na opinião pública sobre as obrigações do país em matéria de direitos humanos para com pessoas refugiadas que necessitam da proteção internacional.

A Amnesty International pede ao governo que garanta a realização de uma investigação urgente e efetiva sobre as agressões da noite de sete de fevereiro, bem como sobre a atuação da polícia. As pessoas identificadas como responsáveis pelas violações de direitos humanos deverão ser levadas à Justiça e as vítimas devem ser adequadamente indenizadas.

Fonte: <http://www.br.amnesty.org/?q=node/581> 08.02.2010

Em Salvador (BA), assassinatos evidenciam violência contra moradores de rua

Natasha Pitts

Na madrugada do dia 16 de janeiro, os moradores do Cabula VI, bairro residencial de Salvador, capital da Bahia, região Nordeste do Brasil, foram acordados com os tiros que vitimaram quatro moradores de rua. Itamar Silva de Jesus, Luís Eduardo da Paixão, Élio Barreto Silva e Rosalvo foram assassinados à queima roupa com tiros na cabeça. As investigações ainda não foram concluídas e não há indícios de quem praticou os crimes e qual a motivação.

Próximo aos corpos dos quatro homens não foram encontradas drogas ou armas. A pouca informação que se tem sobre os moradores de rua é que juntavam lixo para sobreviver. Com medo, os moradores do bairro não querem se pronunciar. Assim, mais um episódio envolvendo

a população de rua corre o sério risco de ficar sem solução e cair no esquecimento.

Em memória aos cinco moradores de rua assassinados apenas neste ano, foi realizada, no sábado, dia 20, uma celebração no local da chacina. Na ocasião estiveram presentes cerca de 500 pessoas, entre eles moradores de rua, moradores do Cabula VI, deputados, vereadores e pessoas engajadas na luta pela transformação da vida dessa parcela da população. A celebração foi organizada pelo povo da rua.

"Após a celebração uma senhora me disse que nunca tinha ouvido falar dos moradores de rua como foi colocado na ocasião. Acredito que após participar da celebração muitas pessoas poderão

ver os moradores de rua como homens e mulheres capazes de encontrar uma aurora em sua vida. A força do testemunho dos moradores de rua foi mostrada por meio da atuação na celebração", afirmou Frei Henrique Peregrino, membro do Conselho Editorial do jornal Aurora da Rua.

A partir da mudança no modo como as pessoas veem esta parcela da população, Frei Henrique acredita que pode haver um impacto positivo a longo prazo. "Esperamos que a sociedade possa despertar e ter um olhar diferente. Que possam ver o morador de rua como um ser humano cheio de potencial e que tem a possibilidade de viver em plenitude. Nós temos o dever de permitir que estas pessoas vivam tendo todos os seus direitos respeitados", almeja.

Em 2008, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada durante o ano de 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostrou um pouco da realidade da população da rua do Brasil. A pesquisa mostrou que, de cada cem pessoas em situação de rua, 71 trabalham e 52 têm pelo menos um parente na cidade onde vivem. O trabalho mais frequente é a coleta de recicláveis, seguida pela atuação como "flanelinha", carregador, atuação na construção civil e no setor de limpeza.

Para Frei Henrique, pela quantidade de moradores de ruas, de 50 a 60 mil pessoas em

todo o Brasil, é difícil e complexo tentar traçar um perfil. "Existem vários fatores que motivam alguém a ir para a rua, não é possível definir uma causa única. Por este motivo, a saída da rua é uma construção a longo prazo, pois se vai reconstruir uma história. É necessário haver uma construção da identidade, reconstrução dos laços familiares, depois vem a entrada no mercado de trabalho e como último passo a aquisição de uma moradia", explica.

Plano Nacional para População de Rua

Dia 23 de dezembro, o presidente Lula assinou um decreto que institui a Política Nacional Para a População de Rua. A iniciativa deverá unir todas as ações do Governo Federal e será coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Um Comitê Nacional já foi formado e está se reunindo para criar propostas concretas que visem atender a população de rua. Segundo Frei Henrique, entre as propostas encaminhadas já estão a criação de Centros nacionais e regionais de Direitos Humanos para a população de rua.

"Esperamos que este plano possa realmente mudar a situação das pessoas de rua e que casos como o da chacina em Salvador não possam se repetir e muito menos ser apagado da memória das pessoas", ambiciona Frei Henrique.

Fonte: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=4530522.02.1010>

'Turismo de favela': violência atrai visitantes

Por Maria Carolina Maia

Quando o ator Hugh Jackman visitou o Brasil, no início do ano, para gravar um comercial no Rio de Janeiro, resolveu fazer turismo pela cidade, dando uma passadinha pelo morro Dona Marta. O australiano não está só. O chamado turismo de favela, ou turismo da miséria, é um fenômeno em expansão, como atesta o livro *Gringo na Laje – Produção, Circulação e Consumo da Favela Turística* (FGV Editora, 163 pág., 17 reais), da antropóloga Bianca Freire-Medeiros. Por mais estranho que possa parecer, a violência é, na visão da pesquisadora, o que mais seduz os turistas. "Ela é um atrativo. O filme *Cidade de Deus*, por exemplo, vende a imagem de que a favela é um lugar extremamente violento, de alto risco: os turistas querem ir lá motivados por isso", diz Bianca. Só a favela da Rocinha, destino favorito no Rio, recebe cerca de 3.500 visitantes por mês, a maior parte vinda da Europa e dos

Estados Unidos. Sete agências especializadas e inúmeros guias exploram o negócio. Leia a seguir a entrevista que a antropóloga concedeu a VEJA.com sobre o assunto. Confira também outros destinos do turismo da miséria pelo mundo.

Como teve início o turismo da miséria?

O turismo em favela tem como antecedente histórico a prática do *slumming*, termo com registro em dicionário, realizada pelas elites inglesas da era vitoriana, nos anos de 1880. Os ricos iam visitar, por curiosidade ou caridade, os espaços segregados da cidade. Era quase como se fossem às colônias - de chineses, italianos e outros. Virou moda fazer essas visitas. Isso dura até os anos 1920. A situação contemporânea começou por volta de 1990. No Rio de Janeiro, há um mito de origem, segundo o qual o turismo em favela começou com a ECO 92, quando se passou a levar estrangeiros à Rocinha - pessoas

ligadas em ecologia e interessadas em alternativas ao turismo de massa. Na África do Sul, esse tipo de turismo teve início com fim do Apartheid, em 1994, e os roteiros turísticos para as townships, localidades que até então estavam isoladas.

O que move o turista, curiosidade ou piedade?

Falar apenas em curiosidade é complicado, porque soa sempre como acusação. É como se disséssemos: "O outro é que é curioso, não eu". E, na verdade, é tudo misturado. Não é só vontade de conhecer uma outra cultura, um tipo de voyeurismo ou desejo de ajudar. Tentar separar aquele que de fato quer contribuir para o lugar de outro que só quer fazer voyeurismo não é o ponto. Acho que a grande questão é explicar a transformação da pobreza em atração: os turistas estão em busca de uma situação de precariedade que eles desconhecem.

Essa conversão da miséria em atração não gera dilemas morais para o turista?

Com certeza. Todo turista sabe que pode ser acusado de fazer algo de mau gosto, de participar de um "zoológico de pobre". Mas, entre aqueles que entrevistei, não houve um que tenha saído insatisfeito do passeio. Para todo mundo, é uma experiência forte, capaz de revelar a cidade e de tornar inteligível o país. É isso que causa mal-estar aos brasileiros, críticos da prática, é essa ideia de que explicar o Brasil passa pela favela. A imagem internacional do país hoje está colada a futebol, a Carnaval e a favela. Existe no imaginário internacional uma associação direta entre cultura brasileira e favela.

A violência também faz parte da imagem externa do país. Isso não assusta o turista estrangeiro?

Na verdade, a violência é mais um atrativo para o turista – um atrativo propagado pela mídia. A ideia que o filme Cidade de Deus vende, por exemplo, é a de que a favela é um lugar extremamente violento, de alto risco. Os turistas vão à favela motivados por essa imagem. É uma coisa que as agências têm de administrar. Ao mesmo tempo em que elas procuram mudar a imagem que o turista tem da favela, mostrar que ali não tem apenas violência, elas sabem que, se ninguém acreditar na violência, não haverá clientela.

Se um dia todas as favelas do Rio estivessem pacificadas, esse turismo morreria?

Isso não sabemos dizer. As favelas exploram outros atrativos, como o fato de serem cenário para filmes ou clipes (o morro Dona Marta serviu de cenário aos clipes de Michael Jackson, em 1996, e de Alicia Keys e Beyoncé, neste ano). É difícil prever a evolução dessa dinâmica.

Se for da vontade do turista, as agências o ajudam a fotografar armas?

Havia uma agência em particular, a Private Tours, que tinha essa prática. Mas, na maior parte das vezes, o turista não vê ninguém armado, porque as agências procuram evitar os locais de venda de drogas, que são menos seguros. Ninguém passa na "boca" (ponto de comércio de drogas), por exemplo. Vale dizer que, para o turista, isso não faz muita diferença. Para ele, basta saber que há pessoas armadas na favela e que ele está numa situação de risco, para que haja excitação. Tem guia que potencializa essa sensação, dizendo coisas como "Acabou de passar um traficante". Mas em geral o guia não deixa que o turista fotografe gente armada, para evitar problema com o tráfico. Se acontece de um turista fazer uma foto de um traficante, este pode querer tirar satisfação com o turista e mandar apagar a imagem. Aí, o guia tem de intermediar. Para muitos guias, essa é uma atividade estressante.

Que imagens os turistas mais fotografam?

O que se vê é um interesse primordial pelas habitações. Acho que é impactante para quem vem de formas urbanas mais organizadas pensar como é possível haver tantas construções desalinhadas e como se faz tanta coisa em espaços exíguos. Outra coisa que interessa bastante são os rostos. Aí, o que é muito chocante é que, mesmo na Rocinha, que é considerada uma "favela nordestina", com tipos físicos variados, os negros são os mais eleitos. Pelas fotografias dos turistas, você tem a impressão de que a favela é negra. Isso mostra que a pobreza tem cara e tem cor. A pobreza é negra. Isso mostra também que, embora o turista tenha a chance, durante o passeio, de confrontar as ideias prévias que possui do lugar com o que vê pessoalmente, muito da representação antiga continua.

É por uma questão econômica que a favela abre as portas para o turismo?

Olha, essa foi uma questão que me impressionou muito. A maior justificativa para receber o turista seria o dinheiro que ele traz. Mas essa não é a prioridade dos moradores. O que eles dizem é que a oportunidade que o turismo proporciona é de construir uma representação diferente da favela. Uma imagem positiva. Eles recebem mais atenção do turista estrangeiro do que do brasileiro, que vira as costas para eles. O morador não é otário. Ele sabe que o turista vai lá querendo ver o tráfico, querendo ver a arma, mas aí eles têm a chance de mostrar que a favela não é só isso.

Como é, de modo geral, o roteiro do turismo na Rocinha?

Há coisas que não podem faltar. Não pode faltar a laje, onde os turistas tiram foto da paisagem e ouvem um discurso explicativo – coisas como "Ali embaixo, você vê a escola americana, que custa tão caro, e isso mostra como esse país é desigual". A laje é um momento pedagógico, impactante para o turista, que dali vê um oceano de casas, com o mar azul ao fundo. É uma experiência visual muito forte. Todo passeio vai incluir também, em algum momento, uma parada para comprar souvenir. Tem uma grande presença de objetos feitos a partir de material reciclável. É aquela ideia de que a pobreza inspira saídas

criativas. Há também muitas pinturas, e são quadros muito interessantes, porque nunca são pedidos de ajuda ou apelação. São imagens de uma favela colorida, aquela ideia de pobreza alegre. O tráfico está ausente dessas representações. São, obviamente, representações redutivas da favela, porque ela é feita de tráfico e de violência. O roteiro ainda vai incluir, sempre, algum tipo de projeto social. E, em alguns casos, uma parada numa escola de samba.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/turismo-favela-violencia-atrai-visitantes-533937.shtml> 23.02.2010

Xenofobia agita política austríaca

O apoio ao ultradireitista Partido da Liberdade da Áustria aumenta, no meio da polémica sobre a construção de um centro para alojar imigrantes. Artigo de Pavol Stracansky, da IPS.

O Partido da Liberdade da Áustria (FPO), acusado de realizar uma campanha eleitoral violenta contra os imigrantes e de avivar o ódio racial, triplicou os seus votos no Estado de Burgenland, onde está prevista a construção do centro. A iniciativa, que gerou um forte protesto, seguiu-se a uma controversa proposta da ministra do Interior, Maria Fekter, do conservador Partido Popular, para privar de liberdade por mais de quatro semanas os imigrantes, enquanto se decide se a Áustria ou outro país europeu cuidará dos trâmites dos seus pedidos de asilo.

Organizações de direitos humanos opõem-se totalmente à ideia. A proposta “não faz mais do que reforçar a imagem dos imigrantes e dos solicitantes de asilo como sendo delinquentes”, disse à IPS Heinz Patzelt, da secção local da organização de direitos humanos Amnistia Internacional. “As únicas pessoas que estão detidas são criminosos ou supostos criminosos, e essa é a imagem que ficará dos requerentes de asilo. As propostas são absurdas, estranhas e, inclusive, ilegais”, afirmou.

As organizações também alertaram que os partidos de extrema direita manipulam o assunto para ganhar votos e promover o ódio racial, assunto que ocupou um lugar central na política austríaca na última década. A Áustria abriu suas portas aos imigrantes na década de 60, quando lançou a “gastarbeiter”, o programa de trabalhador convidado, que permitiu a entrada de pessoas oriundas da Turquia e da antiga Jugoslávia para atender a procura por mão-de-obra. Pensava-se que os trabalhadores estrangeiros regressariam aos seus países em pouco tempo, mas não foi assim. Muitos ficaram e, inclusive, trouxeram as

suas famílias. Assim, as comunidades de imigrantes começaram a aumentar.

Houve uma segunda onda de imigrantes e de solicitações de asilo após a queda dos regimes comunistas em 1989 e a guerra dos Balcãs na década de 90. Cerca de 15 mil pessoas pediram asilo na Áustria em 2009, segundo dados oficiais. Duas em cada três delas chegaram procedentes de outros Estados da União Europeia. A última onda de imigrantes provocou o debate. Numerosos analistas dizem que o FPO e a direita Union pelo Futuro da Áustria (BZO) usaram o assunto para conseguir importantes benefícios políticos.

Esses partidos usaram uma forte retórica discriminatória nas últimas campanhas eleitorais, ao nível nacional e local, e prometeram duras políticas contra a imigração. Os dois partidos conseguiram 29% dos votos nas eleições nacionais de 2008. A incidência das suas campanhas refletiu-se na percepção da opinião pública sobre os imigrantes. Uma importante maioria dos entrevistados, cerca de 63%, segundo um dos estudos realizados no ano passado, disseram que o aumento dos crimes estava relacionado com a imigração.

O ministro da Defesa, Norbert Darabos, do Partido Social-Democrata da Áustria, disse em novembro que as pesquisas mostravam que mais de 86% dos entrevistados em Burgenland, e uma quantia similar no vizinho Estado da Baixa Áustria, apoiavam uma contínua presença militar na região para lutar contra a imigração ilegal. Efectivos do Exército patrulham o oriente do país após a ampliação para leste da zona de livre circulação de Schengen, tratado da UE que garante o

movimento de pessoas através das fronteiras, de dezembro de 2007.

O FPO e o BZO foram muito criticados por suas campanhas racistas. O presidente do FPO, Heinz Christian-Strache, disse em fevereiro que o país sofria um “colapso em matéria de segurança”, e mencionou dados que mostravam que os estrangeiros foram responsáveis pela maioria dos roubos cometidos na capital em 2009. O enfoque da coligação governamental entre o Partido Social-Democrata e o Partido Popular tampouco facilita a integração.

A ministra Fekter destacou a criminalidade entre os solicitantes de asilo, fez declarações públicas sobre o “péssimo uso” que fazem do sistema na Áustria, pediu a aceleração da deportação de solicitantes de asilo que cometem crimes e afirmou que a integração dos estrangeiros deve ser priorizada em relação à chegada de novos imigrantes. Também propôs a exigência de saber alemão para os que chegam à Áustria.

O governo iniciou em fevereiro um “plano de ação” para introduzir normas mais rígidas. Entre elas determinou um teste de alemão para todo estrangeiro que pretenda residir na Áustria, o que para as organizações de direitos humanos é exigir muito. O enfoque de linha dura de Fekter apresenta uma imagem dos imigrantes como impostores que começam os trâmites de asilo para obter benefícios e poderem ficar no país para, depois, desaparecerem na difusa economia ilegal.

“Isso reforça a percepção de que os solicitantes de asilo são mentirosos e devem ser isolados para que deixem de abusar do sistema”, disse à IPS o professor Manfred Nowak, director do Instituto de Direitos Humanos Ludwig Boltzmann, de Viena. Fekter disse que o novo centro para imigrantes é necessário porque os outros dois, de Thalham, no Estado de Alta Áustria, e em Traiskirchen, na Baixa Áustria, estão lotados. Além disso, os partidos governantes concordaram

com isso em 2008, acrescentou. Contudo, políticos do Estado de Bungenland e conselheiros da cidade de Eberau, a localidade de dez mil habitantes onde será construído o novo centro, condenaram imediatamente o projeto.

Por sua vez, o FPO criticou os planos da ministra e, ainda, disse que em lugar de construir um centro para alojar imigrantes deveria acelerar as deportações. O secretário-geral do partido, Harald Vilimsky, disse à imprensa que a construção de um terceiro centro apenas servirá para aumentar os abusos do sistema. A maioria dos imigrantes é “farsante e delinqüente”, assegurou. O Partido Verde, o único que apoia a construção do centro, afirma que os políticos criaram “temor e insegurança” entre a população local.

Por sua vez, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados pediu aos partidos que baixem o tom de suas declarações e deixem de apresentar os requerentes de asilo como delinquentes. Organizações de direitos humanos também criticaram a proposta de Fekter de detenção forçosa e alertaram que isso pode violar os direitos humanos. “As iniciativas são ilegais, segundo a legislação austríaca. Violam os direitos humanos e atentam contra a liberdade pessoal”, disse Nowak à IPS.

Fekter defendeu-se argumentando que só reagia diante do “aparente temor da população”. Com “propostas e declarações como estas consegue apenas agravar a xenofobia”, insistiu Patzelt, da Amnistia. “Quando uma organização como o conservador Partido Popular tenta limitar o apoio da extrema direita com declarações populistas do tipo de uma tira cómica, e recorre à mesma agenda das organizações cujo apoio tenta restringir, entra num jogo político muito perigoso que nunca funciona e termina em desastre”, acrescentou.

Fonte: <http://www.esquerda.net/content/view/15529/26/> 05.03.2010

ENGLISH

Relief for undocumented immigrants victims of violence

By Emanuela P. Lima

Many domestic violence victims within immigrant communities are afraid to report crimes, especially if they are in the country illegally - - fearing the police will find out and arrest them. The truth is that undocumented immigrants can be protected against deportation if they are victims of crime. Two specific programs can offer victims relief and a chance for a violence-free life in the United States.

The Victims of Trafficking and Violence Protection Act of 2000 created a nonimmigrant visa for noncitizen victims of crime, referred to as the "U-visa," designed to provide legal status to noncitizens that are assisting or are willing to assist authorities investigating crimes.

After three years, U-visa holders can apply to become legal permanent residents. Certain family members, including spouses and children, are also eligible for the visas.

The U-visa benefits noncitizen crime victims of rape, torture, sexual exploitation, and extortion as well as witness tampering, obstruction of justice, false imprisonment, domestic violence, sexual abuse, trafficking, or other crimes in which vulnerable immigrants are often targeted.

In the case of domestic violence, the abuser does not need to be a U.S. citizen or lawful permanent resident, and victims do not have to have been married to the abuser to be eligible for a U-visa. The victim is also not required to be physically present in the United States to qualify for a U-visa; the victim can apply from abroad as long as the criminal activity violated U.S. law or occurred in U.S. territories.

VAWA

The Violence Against Women Act of 1994 (VAWA) was drafted by then- U.S. Senator Joseph Biden's office with support from a number of advocacy organizations and was signed into law by former President Bill Clinton.

Under VAWA, there are two ways for women who are married to U.S. citizens or lawful permanent residents to obtain legal residency. If the victim has never been married to their abuser, or if the abuser is not a U.S. citizen or lawful permanent resident, then she does not qualify for residency under VAWA. (However, the victim may still qualify for a U-visa as described above).

The first step toward residency through VAWA is called "self-petitioning." Instead of relying upon the spouse to apply for residency with CIS, the victim can apply on her own for herself and their children. The spouse plays no role in the process and does not even have to know that the victim is applying.

A second way to obtain residency under VAWA is through "cancellation of removal." This is available to victims who are in, or can be placed into, deportation proceedings. If they qualify for cancellation, the court may waive the deportation and grant lawful permanent residency. To win a VAWA self-petition case, the applicant must meet the following criteria:

1. Relationship with US citizen or lawful permanent resident - Only those who are or have been spouses, children or parents of US citizens or lawful permanent residents qualify for immigration status under VAWA.
2. Battery or extreme cruelty - The abuser must have subjected the applicant to "battery or extreme cruelty." This abuse does not need to have taken place in the United States, but at some point, the victim must have resided with the abusive spouse or parent in the United States.
3. Good faith marriage - The victim must show that she didn't marry the abuser solely for the purpose of gaining legal immigration status.
4. Good moral character - The victim must show that she has "good moral character," which the CIS determines largely through criminal records.
5. Residency- The victim must show that she currently resides in the United States, or if she resides abroad, she must show that the abuser works for the U.S. government, is a member of the U.S. military or has subjected the victim to domestic violence in the United States.

Because the law is complicated, domestic violence victims should first consult an immigration attorney or a domestic violence organization for assistance and guidance.

You can find a list of local organizations at the Connecticut Coalition Against Domestic Violence, Inc. (CCADV) website www.ctcadv.org or by calling their toll free domestic violence hotline at 888-774-2900.

Fonte: http://www.tribunact.com/news/2009-07-22/News/Relief_for_undocumented_immigrants_victims_of_viol.html
22.07.2009

Pope condemns violence against Christians, immigrants

*By Carol Glatz
Catholic News Service*

VATICAN CITY (CNS) -- Pope Benedict XVI condemned the use of violence, especially when

the name of God is used to justify aggression against others.

"Violence against Christians in some countries has provoked the indignation of many people," especially because the recent hostility has been perpetrated during "the most sacred days" of the Christmas season, he said after his Angelus address to pilgrims gathered in St. Peter's Square Jan. 10.

Though the pope did not specify which countries he was referring to, Christians have recently been targeted in Egypt, Malaysia and Iraq. Seven people died in a drive-by shooting in the southern Egyptian town of Nag Hammadi as they were leaving the Virgin Mary Church after Christmas Eve services Jan. 6.

Homes and shops were set on fire in nearby villages a few days later by Christians and Muslims. Interreligious tensions have been high since a Christian man was accused of raping a Muslim girl in November.

In Malaysia six churches have been firebombed since a court ruled that the word "Allah" can be used by non-Muslims as a term for God. The word for God is "Allah" in both Malay and Arabic, though some in the predominantly Muslim country of Malaysia said the word should be exclusive to Islam.

In Iraq, where a Christian church in Mosul was targeted in late November, another church was bombed Dec. 23.

After praying the Angelus at noon, Pope Benedict emphasized that political and religious leaders

"must not shirk their responsibilities" when it comes to confronting violence against fellow citizens.

"There can be no violence in the name of God, nor can one think of honoring him by offending the dignity and freedom of other people," he said.

The pope also condemned the poor living conditions, exploitation and violence immigrants are subjected to. "An immigrant is a human being, who is different only because of country of origin, culture and traditions, but he or she is a person to be respected and is someone who has rights and duties," he said.

He said people are often tempted to exploit immigrants in the work world and in how they are forced to live. "Violence must never be the way to resolve difficulties," he added.

Dozens of people have been injured following violent clashes in the southern Calabrian town of Rosarno. Some local residents attacked immigrants with iron bars, gunfire and cars in the violence.

Hundreds of immigrants took to the streets after two foreigners were attacked Jan. 7.

The pope said lying at the heart of the problem of violence against immigrants and religious minorities is the lack of respect for the human person.

"I ask you to look at other people's faces and discover that they have a soul, a history and a life; they are a person and God loves them just as he loves me," he said.

Fonte: <http://www.catholicnews.com/data/stories/cns/1000100.htm>
11.01.2010

Italy: authorities detain African immigrants following violence

More than a thousand African immigrant workers were put aboard buses and trains in the southern Italian region of Calabria over the weekend and shipped out to detention centers, following an outbreak of violence over the weekend in the town of Rosarno. Three days of rioting that began Jan. 7 when a group of immigrants was attacked while returning from the farms where they worked. The clashes resulted in widespread property damage as well as injuries to more than 50 immigrants and police officers. On Jan. 10, authorities began bulldozing makeshift immigrant encampments outside Rosarno. The evacuated immigrants were dispersed to centers around Italy and face deportation if they are found to lack residence permits.

Some immigrants told the Italian news media that Calabrians had shot at them and beaten them with sticks during the disturbances, and a front-page

editorial in La Repubblica on Sunday Jan. 10 compared the situation to Ku Klux Klan violence in the US in the 1960s.

Italian Interior Minister Roberto Maroni praised the police response in returning order to the area. But Flavio Di Giacomo of the International Organization for Migration in Italy said that the events brought the issue of immigrants rights into the forefront. "This event pulled the lid off something that we who work in the sector know well but no one talks about: That many Italian economic realities are based on the exploitation of low-cost foreign labor, living in subhuman conditions, without human rights," he said, adding that the workers live in "semi-slavery."

Pope Benedict XVI departed from his prepared remarks in his Angelus message on Sunday to denounce the violence in Calabria. "An immigrant is a human being, different in origin, culture and tradition, but he is a person to respect, with rights

and duties," the pontiff said, while criticizing the "exploitation" of immigrants.

But Interior Minister Maroni sparked controversy when he called the situation in Rosarno "the fruit of the wrong kind of tolerance" in a Jan. 11 interview. This was actually a softening of comment the day before, when he was quoted as saying the riots were the fruit of "too much tolerance." A member of the anti-immigrant Northern League, Maroni also defended a proposal introduced by his party last week to cap the number of immigrant students in public school classes at 30%. "Sometimes they speak different languages, and there's no common balance in the classroom," he said.

Maroni also said the notion that the violence was sparked by Calabria's reigning crime machine, the 'Ndrangheta, is "one possible hypothesis" that the authorities are examining. Local mafias have been implicated in organized attacks on immigrants and Roma elsewhere in southern Italy in recent months.

There are 4 million legal immigrants in Italy, out of a population of 60 million, and even more undocumented immigrants, by official estimates. About 36,000 undocumented immigrants are held

to have arrived by boat in 2008. In July, Italy's Senate passed a law making "illegal immigration" a crime, after the lower house Chamber of Deputies approved the bill in May. The law has been opposed by both the Catholic Church and Human Rights Watch. In November 2008, the UN Working Group on Arbitrary Detention expressed concern about Italy's treatment of migrants and asylum seekers. (Jurist, Jan. 11; NYT, Jan. 10)

The violence comes on the heels of a new effort to crack down on the 'Ndrangheta. Last week, Maroni announced that a military escort will be granted to magistrates involved in prosecutions of the criminal network following a Jan. 3 bomb attack in Reggio Calabria, the regional capital, apparently targeting local prosecutor Salvatore di Landro. Maroni made the announcement at a special anti-crime summit held in the city, which he proposed as the seat of a new special agency charged with overseeing the campaign. In 2009 the Reggio Calabria authorities arrested 49 accused 'Ndrangheta members and confiscated assets with a value of over €800 million (\$1,200 million). (FT, Jan. 8)

Fonte: <http://ww4report.com/node/8185> 11.01.2010

Migration: France Urges EU to Tighten Mediterranean Borders

By A. D. McKenzie

PARIS, Mar 1, 2010 (IPS) - The European Union is studying a range of measures aimed at strengthening its external borders to deter undocumented migrants from entering via Mediterranean member states such as Italy, Greece, Cyprus and Spain.

Following a meeting of EU immigration and interior ministers called by France late last week in Brussels, the 27-nation group wants to implement a "European police force" and bolster Frontex, the EU agency responsible for external border security, French immigration minister Eric Besson told journalists.

Meanwhile, the French human rights organisation GISTI (Group for Information and Support to Immigrants) has called for Monday, Mar. 1, to be a day without work and/or consumption, to "protest against the fate meted out to foreigners, legal or undocumented".

The group said it wants to stress its support for "equal rights between French people of all origins and foreigners or supposed foreigners." It is organising demonstrations in Paris, Nice, Marseilles and other towns under the banner "24

Hours Without Us". Many essential jobs throughout France are done by immigrants.

With the newly proposed EU measures, the French government says it wants to protect lives and to dismantle migrant-trafficking networks.

"Faced with the worsening situation in the Mediterranean, which is the scene of daily 'irregular- immigration' dramas, France has not ceased, since the summer of 2009, to alert the EU to the major challenges posed by the illegal migration networks in this strategic region for the Schengen Area," Besson said in an address to his counterparts in Brussels.

"People are dying every day in the Mediterranean, anonymously, victims of the cynicism and the greed of modern-day slavers," he added. "People are entering illegally every day into the Schengen Area from the Mediterranean, sometimes in a sincere search for protection, but most often without this motive."

France, a member of the Schengen zone that has dismantled its internal borders, has proposed 29 measures for the EU to consider. These include "urgent revision" of Frontex's regulations to improve its operational capabilities, and the dismantling of

migrant-trafficking networks a priority for Europol, the EU's criminal intelligence bureau.

France would also like to see "systematic operational cooperation" between the EU and the countries from which the migrants emigrate or which they use as transit points, said the French immigration ministry.

Such cooperation would mean the repatriation of undocumented migrants, the strengthening of surveillance, the establishment of common land and sea patrols, and the collection and exchange of information, the ministry said.

Besson also proposed several joint projects with Libya and Turkey, where many migrant-trafficking networks allegedly operate. He said the measures were urgent and should be implemented without delay, preferably by the end of the year.

He first called for an EU plan of action last September after eight African migrants drowned off the coast of Morocco when their overloaded boat sank as it headed to Europe. Dozens of people have died in their attempt to reach European countries and the prospect of better lives.

Some critics, however, see the French and EU actions as further moves to fortify Europe against asylum seekers. The proposals also come ahead of French regional elections in March where right-wing politicians seem keen to benefit from anti-immigrant sentiment.

The group French Coordination for the Right to Asylum (CFDA), which comprises some 20 organisations including Amnesty International and Médecins du Monde, says that the right to asylum is being "profoundly recast" with a climate of suspicion being created around those seeking refuge.

Among industrialised countries, France ranks second after the United States in the number of asylum requests registered, with 47,000 last year, an increase of more than 10 percent from 2008, Besson said. Overall, the EU had an estimated 119,000 asylum requests in the first half of 2009,

according to figures from the UNHCR, the United Nations refugee agency.

But developing countries are also dealing with large migratory flows, with an estimated 40 percent of all refugees based in these states, the UNHCR says. Most of these countries are ill-equipped to take care of refugees, a situation that NGOs say the EU should take into consideration.

"There should be no reason why European countries are so fearful of migrants," Dan Rosenthal, a spokesman for the transnational network No Borders, told IPS.

"They (governments) have created a connection between being a migrant and being a criminal," he said. "People should be able to go where they want to, and the money currently being spent on tightening borders, preventing immigration and detaining people could be used more wisely."

He said migrants leave their country of origin for reasons including war, official repression, poverty, climate change and a range of other reasons that are not being addressed by government officials.

Many of the undocumented migrants in France are from war-torn Iraq and Afghanistan, the two countries that accounted for most of the asylum-seekers that landed in industrialised countries last year, according to the UNHCR. Somalia, also in the grip of a civil war, was the third-largest source country of asylum seekers.

"Why is there such 'aggression' by the state against migrants forced to flee from wars, violence and misery?" asked the French group SoS Sans Papiers when French authorities expelled undocumented migrants from a hangar in Calais recently.

French president Nicolas Sarkozy said on television that he did not want to see migrants "arriving on rafts" or being deposited on the beaches of France by traffickers as has happened in the Mediterranean.

Fonte: <http://www.ipsnews.net/news.asp?idnews=50491> 01.03.2010

Krishna says decrease in incidents of violence against Indians in Australia

External Affairs Minister S M Krishna today said the number of incidents of violence against Indians recorded in Melbourne, Australia had decreased as a result of various measures taken by the Australian federal government as well as the state government in Victoria.

In a suo motu statement in Parliament, Mr Krishna said that, in Australia, a Task Force headed by the Australian National Security Adviser had been set up in the office of the Australian Prime Minister to formulate a "whole of government" approach to the issue and liaise with state governments on the action being taken by them.

He said that in Melbourne as well as in Sydney, where many of the attacks in the past two years took place, the police had increased patrolling where incidents had occurred.

He said that, in Melbourne, police presence was stepped up especially around train stations and high crime neighbourhoods; the number of transit police, including in plain clothes on late night trains taken by students, was increased; the Victoria State Government's Robbery Taskforce was doubled; several offenders were charged.

Mr Krishna said that a Community Reference Group for Western Melbourne involving the police and members of the Indian community to facilitate communication on safety issues was established. A hotline was set up for Indian students. Free legal advice and referral for international students was made available at Melbourne. More street lighting and CCTV cameras have been provided in areas that are prone to such attacks.

He said that off the various reports and reviews commissioned by the Australian government to look into the several problems being faced by the students, two have submitted their reports, and made specific recommendations to improve conditions for international students.

The Minister said there had been eight Ministerial visits from Australia to India in 2009, many of which were focused on addressing India's growing concerns about the safety and well-being of Indian students.

He said the Australian federal and state government authorities had taken action in providing relief to Indian students affected due to the sudden closure of certain colleges, in making them aware of their rights and relocating them in other colleges.

Following some attacks on Indian taxi drivers last year, the South Australia government had set up a taxi council to hold regular discussions with taxi drivers, many of whom are students.

He said the Australian Department of Immigration and Citizenship (DIAC) had introduced measures to strengthen checks on student visa applications to stamp out fraud and ensure that students had the financial capacity to live and study in Australia. DIAC has recently announced an overhaul of the general skilled migration rules leading to permanent residency in Australia.

He said the Victorian Government strengthened the Victorian Sentencing Act 1991 in December 2009, and was conducting a review of the justice system under a retired Supreme Court judge to address racial crime.

Mr Krishna said 300 police officers were being added to the Victorian Police to form a rapid response unit to address continued attacks. Other concrete measures taken by the Victorian government include the setting up of an International Student Care Service. The service has 24/7 hotline staffed by trained persons, some of whom also speak Hindi. The Centre provides psychological counselling, legal assistance, assistance with any problem with educational institute, employer or landlord or any other authority. It also provides financial assistance to students for temporary accommodation as well as assistance to take care of medical expenses and so on.

He said the issue continued to be taken up very strongly with the Australian Government. He said he had spoken to Australian Foreign Minister Stephen Smith on January 11 and expressed his serious concern.

Mr Krishna said he had also met Mr Smith in London on the margins of the Conference on Afghanistan on January 27 and conveyed that the attacks on Indians were particularly worrisome as the individuals from the Indian community appeared to have been singled out and it was increasingly difficult to accept the attacks as mere opportunistic crimes.

He said the Australian Government had recently set up a high-level Working Group under the overall charge of Foreign Minister Smith to deal with this issue on an urgent basis.

While pointing out that India attached importance to its relationship with Australia and was committed to further strengthening and expanding the ties to cover all areas of interaction, it took the incidents of assault on Indian students very seriously.

"I would like to assure you that the Australian authorities have been fully apprised of the gravity of the situation. As a result, both at the state as well as the federal level, they have taken several measures as outlined above, to improve security and surveillance; it can be honestly said that they are making efforts to meet our concerns. However, as can be seen, the issue consists of several complex factors, all of which are interlinked and need to be dealt with in a concerted and coordinated manner," he said.

He assured Parliament that the Government would continue to monitor the situation closely and work closely with the Australian authorities to deal with the issues concerned and improve the safety and security of Indian students in Australia.

At the outset, Mr Krishna gave details of the attacks on the Indian students that had been coming to the

notice of the Government since 2007 when some Indians were attacked in Sydney. In 2008 and 2009 also, there were other sporadic incidents.

However, since May 2009 there had been a significant increase in the number and frequency of the attacks, which also coincided with the substantial increase in the number of Indian students studying in Australia over the last three years. He said this number had gone up by 141 per cent in just two years from 2006 to 2008.

Lising the various incidents since May 2009, he mentioned the fact that one student, Nitin Garg, was killed in one such attack on January 2 in a Melbourne suburb. While there were cases of assaults on Indian students and taxi drivers in Victoria, New South Wales and Queensland, most of the incidents seemed to have been occurring in and around Melbourne, he said.

Mr Krishna also gave a detailed account of how the Government had taken up each of these cases with the Australian authorities, right up to the highest level between Prime Ministers Manmohan Singh and Kevin Rudd.

According to him, the incidents relating to Indian students and nationals in Australia have involved one or more of the following elements: robbery, assault, violence fuelled by alcohol/drugs, juvenile crime and racial abuse.

Other contributing factors have been: the financial constraints of the Indian students which have led to them living in poor neighbourhoods, working late hours and travelling in late night public transport, all of which have made them more vulnerable to street crime which has been on the increase in Melbourne, where most of the incidents have taken place, he said.

Beaten, deported, but not forgotten

After tiny French village rallies to cause of Moroccan teen, President Nicolas Sarkozy relaxes immigration stand.

PARIS — Special to The Globe and Mail - In the rural French village where she lived for the past five years, Najlae Lhimer was known to people - if they knew her at all - as the pretty woman from Morocco who volunteered at the local library and attended a nearby vocational school.

All that changed three weeks ago, when the slim 19-year-old sought help from the police after being beaten black and blue by an older brother who had tried to forbid her from studying.

Within the space of 15 hours, Miss Lhimer was arrested, charged with being an illegal immigrant,

The profile of the attackers in most of these assaults is of youngsters in their teens and early 20s, largely under the influence of drugs or alcohol. The attackers are of mixed ethnicity, including sometimes, other Indians. Some of the attacks have had racial elements, he said.

He said that, besides the obvious law and order problem, the other issues which have come to the fore include the commercialisation of the Australian international education industry and laxity in monitoring/enforcing compliance of the regulations by the Australian authorities. The increase in number of students in Vocational Education & Training (VET) sector was linked to the immigration system of Australia which gave priority in the last few years to applicants for permanent residency (PR) in certain skills where there are significant shortages. These immigration rules are now in the process of undergoing changes, he said.

He also mentioned the guidelines that his Ministry had unveiled for Indian students studying in and wishing to study in Australia.

He said the Indian High Commission in Australia and the Consulates General in Melbourne and Sydney each have a Community Welfare and Student Liaison Officer (CWSLO) who is on call 24/7, and whose mobile number is on the missions' websites as emergency response numbers.

"Any problem involving an Indian student or member of the community is handled by the CWSLO in coordination with the High Commissioner/Consuls General," he added.

Fonte: <http://netindian.in/news/2010/02/25/0005524/krishna-says-decrease-incidents-violence-against-indians-australia> 25.02.2010

bundled onto an airplane in tears and deported to Casablanca where she knew no one. "I thought that at least in France the law would protect me," she told her French friends in an e-mail from Morocco. "I'm lost here."

But back in the village of Château-Renard, an isolated hamlet with timbered stone buildings at the edge of a ruined 10th century castle, she was not forgotten.

Her neighbours mobilized. They printed up posters with her picture and contacted lawyers. They held a protest rally in the village - population 2,345 - that

drew some 300 people. They petitioned celebrities, politicians, immigrant advocates and women's activists.

In absentia, Ms. Lhimer quickly became a cause, a poster child for battered women in France and a flashpoint for criticism of President Nicolas Sarkozy's hard-line policies on immigration.

This week, bowing to the grassroots campaign, the President announced that Ms. Lhimer was welcome to come back.

Immigration Minister Eric Besson said the decision, made public at the end of a communiqué on International Women's Day, was a "humanitarian gesture." If she now requests a visa at the French Consulate in Morocco, he said yesterday, "I am going to give it to her."

Ms. Lhimer told friends she left her family in Morocco because her father wanted to force her into an arranged marriage. She moved in with her brother in Château-Renard, in central France. Two years ago, he reportedly refused to let her switch to a more distant school. When she turned 18 last year, she made the decision herself, signing up for vocational training at a school 90 kilometres away and returning home on weekends.

"She's a serious girl," said Patricia Parisot, whose niece is Ms. Lhimer's best friend. "Her mother left her with that brother, and she's made her way alone in a world of men."

Last month, Ms. Lhimer showed up at the friend's house covered in bruises, saying her brother had beaten her. The French family took her to the hospital and urged her to file a complaint with the police. "That set the whole machine in motion," Ms. Parisot said.

At first, the local gendarmes accompanied Ms. Lhimer home to get clothes and documents. When they returned her to the station at about 3 p.m., they said she was under arrest for being in France illegally. By 5 the next morning, she was on her way to the airport.

From the police car, Ms. Lhimer borrowed a phone and called her substitute family to beg for help.

"My husband didn't hesitate for a second," Ms. Parisot said. "He grabbed a toothbrush and he was out of the house and driving to Paris. By 8 a.m. he was on a plane to Casablanca. He didn't want her to arrive there and find no one and be all by herself."

The Parisots also turned for help to a group called Education Without Borders, a network of volunteers spread across France and other countries who organize protests against deportations and sometimes hide immigrant families.

They have been at loggerheads with Mr. Sarkozy for years over his demand that the police meet annual targets for expulsions. "When it suits him to expel people, he does it and when it's to his advantage, he brings them back," said Richard Moyon, one of the group's founders.

The Parisots, though, were political neophytes with no previous involvement in immigration policy battles until they saw what happened to Miss Lhimer.

"We knew such things happened," Ms. Parisot said. "But when it doesn't touch your own family or you're not directly concerned, you first don't know how to help. It's changed our view of things and it's going to change our lives because we're going to take her in."

Ms. Lhimer's roller-coaster experience may also lead to a change in French immigration laws. Last week, citing her specific case, the usually fractious National Assembly unanimously approved a proposed law that would shield battered immigrant women from deportation.

Following the announcement that she would be welcome to return, Ms. Lhimer was ecstatic. "My life is in France," she told Europe 1 radio, in an interview yesterday. "I'm going to go right back to school because I've missed it so much."

Fonte: <http://www.theglobeandmail.com/news/world/beaten-deported-but-not-forgotten/article1495784/> 10.03.2010

ESPAÑOL

Ola de violencia: asesinato de migrante egipcio en Milán es atribuido a un peruano

El crimen desató desmanes en barrio latino, donde fueron detenidos cuatro egipcios por saqueos en represalia por homicidio de su compatriota

Por Hans Huerto

La situación de los 60 mil peruanos que viven en Milán podría verse afectada tras los recientes desmanes de un grupo de egipcios este fin de semana en la referida ciudad italiana.

El diario Corriere Della Sera informó ayer acerca de los desmanes de un grupo de migrantes egipcios, a raíz del asesinato de su compatriota, Hamed Mamoud El Fayed Adou. Sin embargo, la página milanotoday.it señala que el ciudadano africano murió a causa de una puñalada en el tórax inflingida por un peruano.

La prensa internacional ha informado que el viernes, el norafricano viajaba con dos connacionales suyos en un bus y, a bordo, empezaron a discutir con una supuesta pandilla de cinco, conformada por peruanos y ecuatorianos. Al bajar del vehículo, los sudamericanos atacaron a los egipcios, uno de los cuales acabó muerto, según la agencia EFE.

Vandalismo latino en milán

Ante ello, anoche, casi un centenar de egipcios acudieron en violenta manifestación a la avenida Padova, donde viven y tienen negocios varios migrantes latinoamericanos. Fuentes consultadas por elcomercio.pe en el consulado peruano en Milán indicaron que los disturbios se dieron a lo largo de dos cuadras y durante 30 minutos, en los cuales autos y propiedades de algunos peruanos fueron dañados. En total, 17 carros y cinco locales sufrieron la violencia de la turba egipcia.

La prensa italiana informó hoy acerca del apresamiento de cuatro egipcios que participaron en el acto de vandalismo; aunque el consulado peruano informó que no había peruanos detenidos, mucho menos heridos. Sin embargo, en el ente diplomático no confirmaron las versiones que indican que un peruano sería el autor del crimen.

Lo cierto es que estos enfrentamientos entre migrantes en Italia no son nuevos, pero han vuelto a poner en el debate las políticas migratorias y “de puertas abiertas” que ha tenido hasta ahora el gobierno italiano.

¿Conflictos con migrantes o choque de xenofobia?

Tan solo en enero, en Rosarno, al sur del país, mil obreros africanos que trabajaban en el rubro agrícola tuvieron que emigrar de la región, tras enfrentamientos de índole racista con los locales y la policía.

La Liga del Norte, un partido anti-inmigrantes relacionado al jefe del gobierno italiano, Silvio Berlusconi, dijo sobre el reciente incidente que “pagaremos por las ideologías erróneas del pasado... la política de puertas abiertas a todos”.

El ministro de Defensa Ignazio La Russa precisó que combatirá la inmigración clandestina con “un máximo de rigor”: “Vamos a combatirla, sin exagerar, pero sin ceder un milímetro”.

Fonte: <http://elcomercio.pe/noticia/414838/asesinato-migrante-egipcio-milan-atribuido-peruano> 14.02.2010

Violencia, extorsión y secuestro en paso de migrantes por México

El estado de Tabasco es la entidad donde se vive el mayor clima de violencia hacia los migrantes, informó Francisco Uzcanga Flores, servidor social de la Casa del Migrante.

Ante la violencia que viven los migrantes a su paso por el sureste de la República Mexicana es en la ciudad de Tenosique, Tabasco donde son maltratados, sin embargo al llegar a Coatzacoalcos son perseguidos por personas que creen que ellos portan grandes cantidades de dinero.

“Todo lo que es violencia hacia los migrantes comienza en Tenosique, Tabasco. Ahí principalmente son perseguidos, golpeados e incluso macheteados, y les roban el dinero que traigan, en caso de las mujeres, ellas son violadas”, precisó.

Diariamente llegan a este refugio entre 70 y 80 migrantes, de los cuales menos del 10 por ciento solicita el apoyo a la Secretaría de Migración para que sea regresado a su país.

“Cuando se le habla a esta autoridad es porque los mismos migrantes piden que sean regresados a su lugar de origen, pero el tiempo que están en el albergue es de doce a dieciséis horas porque anteriormente eran 24 horas”, mencionó.

Francisco Uzcanga explicó que en la Casa del Migrante se les ofrece principalmente la comida, al igual que la orientación de los peligros que puedan existir en caso de seguir con su travesía.

En caso de las personas que llegan con alguna herida, se les da el servicio médico.

“Son atendidos en la Iglesia de San José donde hay un dispensario médico, en caso de que haya mujeres embarazadas se les paga la asistencia médica para que den a luz”, indicó.

Cabe señalar que este albergue está ubicado en la colonia Ejidal sobre la calle Gladiolas con número 100.

Reiteró que el albergue es un lugar seguro en cuanto a que está dirigido y orientado hacia el cristianismo.

No obstante solicita el apoyo a las autoridades correspondientes para darle mantenimiento con botes de pintura en el área de baños, lavaderos,

además de artículos de limpieza, pues este recinto tiene capacidad para 200 personas.

“Estamos agradecidos con la población que nos ha ayudado, pero se necesita de todo desde una escoba hasta trastes porque ellos llegan sin nada, sólo están en busca del sueño americano”, finalizó

Fonte: <http://www.veracruzanos.info/vernota.php?id=23786>
24.02.2010

Entidades sociales y ONG achacan a la crisis los altercados en Salt (Gerona)

Diferentes entidades sociales y ONG achacan el altercado vecinal ocurrido ayer en Salt (Girona) a la crisis y a la situación de precariedad que conlleva, marcada por la inestabilidad económica frente a la cual, el discurso político no hace "más que agravar la idea de que la inmigración trae más violencia y delincuencia".

En declaraciones de Europa Press, la miembro de SOS Racisme, Begoña Sánchez, apostilló que es una situación "preocupante" por incidir en el binomio 'inmigración-delincuencia', y se está agravando por la crisis. "La gente está desesperada y canaliza su rabia hacia la xenofobia", dijo.

El miembro de Asamblea para la regularización sin condiciones, Enrique Mosquera, consideró que el Gobierno no pone medidas urgentes para solucionar esta situación y alega constantemente que el problema "reside en la inmigración" y por ello no proceden a la redistribución de la economía, que es lo que "deberían hacer".

Desde Comisiones Obreras (CC.OO), Ghassan Saliba declaró que el discurso político "no lanza ningún mensaje de paz ni de soluciones a la

crisis" sino que culpabiliza a la inmigración "como el mal del sistema".

Estas entidades aceptaron que la solución inmediata es poner fin al binomio 'inmigración-delincuencia', y evitar que la sociedad siga canalizando la "ansiedad" que produce la crisis hacia un problema cultural.

Sánchez declaró que es una situación "muy peligrosa", ya que si no se pone fin a la xenofobia, "que se empeñe en negarla y dejarla crecer", ello dará luz verde a más problemas. Por su parte, Saliba apeló a la Generalitat para que convocara el seguimiento al Pacto Nacional para la Inmigración que se firmó en su momento.

Estas instituciones también avanzaron propuestas que deberían llevarse a cabo para apaciguar el ambiente del momento, como el análisis conjunto de la situación para entender su envergadura, el establecimiento de una renta mínima básica para aquellos más desfavorecidos --tanto residentes como inmigrantes--, poner en práctica medidas de convivencia así como políticas de seguridad.

Fonte: <http://www.europapress.es/epsocial/noticia-entidades-sociales-ong-achacan-altercados-inmigrantes-salt-gerona-crisis-20100226191530.html> 26.02.2010

Violencia hacia mujeres migrantes, y escaso acceso a justicia en Oaxaca

Por Anayeli García Martínez

México, DF, 26 feb. 10 (CIMAC).- El ensayo "Retos y oportunidades en la construcción de un acceso a la justicia incluyente para las mujeres migrantes que viven violencia" y el titulado "Buscando la justicia: principales obstáculos que enfrentan las mujeres cuando viven violencia conyugal en el municipio de Santa Catarina Juquila, Oaxaca", fueron los dos textos

ganadores del Primer Concurso de "Ensayo y Género".

Durante la premiación realizada en la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN), Mercedes Barquet Montané, investigadora de El Colegio de México (Colmex) y representante del jurado, señaló que ambos trabajos cumplieron con los requerimientos del concurso al abordar el tema de la perspectiva de género y los estándares

internacionales en materia de derechos de las mujeres por parte de las y los jueces, su ejercicio y goce del derecho a la igualdad y del derecho a la no discriminación.

Sin embargo, recalcó que debido a la rigurosidad con que se calificaron los 53 ensayos recibidos de distintos estados del país, se declaró desierto el primer lugar, siendo Elba Janett Coria Márquez quien obtuvo el segundo y Laura Edith Saavedra Hernández, el tercero. No obstante señaló que las dos participantes incluyeron la violencia contra las mujeres y el tratamiento jurídico de la misma como el tema central e hicieron puntual énfasis en los retos y obstáculos del acceso a la justicia, lo cual les fue reconocido.

En entrevista con Cimacnoticias, Laura Edith Saavedra Hernández, socióloga e investigadora sobre violencia de género señaló que el acceso a la justicia de las mujeres que viven violencia conyugal en Oaxaca es un proceso largo y complicado. Tienen que enfrentar varios obstáculos para lograr justicia; desde hacer una denuncia hasta obtener una respuesta positiva por parte de las autoridades correspondientes, afirmó.

De ocho entrevistas que realizó, en su trabajo sólo incluyó cinco casos, a pesar de ello manifestó su preocupación porque sólo una tuviera un proceso que hasta el momento se resolvió de manera parcial y sin justicia plena. Destacó que este caso tuvo un impulso debido a la alta escolaridad de la denunciante, quien también conocía el proceso y los métodos para denunciar. En tanto las otras cuatro no han resuelto sus problemas de acceso a la justicia.

La intención de presentar el ensayo ante el máximo tribunal del país –“el lugar donde se

hacen las leyes, se discuten los temas y de gran interés por los grandes juicios”- es que tenga un impacto.

“Ojalá sea un ejemplo de hacia dónde se deben dirigir las leyes y que sea eje de la sensibilización de los funcionarios encargados de la procuración de justicia, porque “aunque existan leyes, si el funcionario considera que eso no es violencia todo queda en el aire”, afirmó

Por otra parte puntualizó que seguirá estudiando la línea de violencia y acceso a la justicia de las mujeres, trabajará otros temas de antropología jurídica y de derecho y buscará nuevos espacios para dar voz a las vivencias de mujeres que sufren violencia.

El trabajo de Laura Edith junto con el de Elba Janett Coria Márquez, quién no pudo asistir a la premiación porque se encuentra realizando otra investigación, están disponibles en el sitio Web de la Coordinación General del Programa de Equidad de Género del Poder Judicial de la Federación.

El concurso, que se realizó con el fin de promover la investigación y difusión de temas relacionados con la protección de los derechos de las mujeres en la impartición de justicia, fue organizado por la Coordinación General del Programa de Equidad de Género del Poder Judicial de la Federación, la Dirección de Equidad de Género de la SCJN y la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OACNUDH).

Fonte: <http://www.cimacnoticias.com/site/10022601-Violencia-hacia-muj.41686.0.html> 26.02.2010

Amnistía Internacional organiza actos en más de 40 ciudades españolas para protestar contra la violencia

Activistas de Amnistía Internacional (AI) organizarán hasta el próximo 27 de marzo diferentes actos en más de 41 ciudades españolas para protestar contra la violencia hacia las mujeres, entre las acciones que tienen previstas destacan exposiciones, recogidas de firmas y charlas para concienciar a la sociedad sobre las situaciones de violencia a las que se enfrentan las mujeres.

Alguna de las ciudades a las que llegarán estas iniciativas son Valencia, Salamanca, Sevilla, Burgos, Bilbao, Gran Canaria, Huesca, Jaén,

Valladolid, Cadiz, Cartagena, Madrid, Palma de Mallorca, Vigo o Barcelona. El motivo que movió a la asociación a protestar contra esta causa, es que, a su juicio, la violencia contra las mujeres "sigue siendo invisible" en la Unión Europea.

Así, denunció que en Suecia, sólo el 12 por ciento de las violaciones denunciadas a la policía desemboca en juicio; en Dinamarca, el sexo sin consentimiento en el matrimonio no está penado, mientras que en Francia, una mujer muere cada tres días a manos de su pareja. En cuanto a España, "las víctimas de violencia de género en

situación irregular se enfrentan a la amenaza de expulsión si se deciden a denunciar".

"Realmente se desconoce la magnitud del problema --que afecta a decenas de miles de mujeres y niñas en la UE-- ya que la violencia de género en los países miembro sigue estando oculta. Países como Eslovenia, Finlandia, Grecia, Holanda, Hungría, Lituania, Polonia y Rumania no registran información sobre violencia de género ni en las comisarías, ni en los juzgados; y otros como Austria, Bulgaria, Estonia, Italia o Malta ni siquiera tienen legislación o planes de acción para abordar la violencia", lamentó la organización en un comunicado.

Ante esta situación, AI aplaudió la iniciativa mostrada por la Presidencia española de impulsar la adopción de medidas para luchar contra esta lacra, como por ejemplo, la creación del Observatorio Europeo de Violencia de Género. Sin embargo, la organización pide a la Presidencia que este Observatorio "no se limite únicamente a los casos de violencia a manos de

la pareja o expareja y aborde todas las formas de violencia que sufren las mujeres y niñas por el hecho de serlo"; como, la trata, la violencia sexual, la mutilación genital femenina, la violencia a manos de parejas y exparejas o los matrimonios forzados.

"El Observatorio es un primer paso positivo, pero de nada servirá si no existe entre los 27 una firme voluntad política y un compromiso expreso de darle continuidad para su adecuada puesta en marcha. Deben establecerse estándares mínimos comunes, como existen en materias como transportes, comercio, seguridad o inmigración y asilo, que obliguen a los Estados miembros a garantizar la prevención de la violencia de género, la protección de las víctimas, la sanción del delito y la reparación", manifestó el director de Amnistía Internacional España, Esteban Beltrán.

Fonte: <http://www.europapress.es/epsocial/ong-y-asociaciones/noticia-dia-mujer-amnistia-internacional-organiza-actos-mas-40-ciudades-espanolas-protestar-contra-violencia-20100306122950.html> 06.03.2010

Los policías alertan de un brote de violencia en el CIE de Aluche

Un agente continúa de baja tras sufrir una agresión por parte de los internos. Otro, sufrió contusiones.

MADRID- Si hay algo que está claro es que nadie quiere estar tras las paredes del Centro de Internamiento de Inmigrantes (CIE) de Aluche. Ni los internos, ni los policías. Los primeros denuncian palizas y un trato inhumano y los agentes aseguran que los inmigrantes les agreden, amenazan y que el número de efectivos es insuficiente para controlar a los allí reclusos.

Con estas premisas, parece lógico que el CIE se haya convertido en un polvorín donde unos y otros se acusan mutuamente de barbaridades. «Hay cámaras por todas partes», aseguran los policías para defenderse de las acusaciones de los inmigrantes. Esas imágenes de lo que allí ocurre podrían arrojar algo de luz en el intercambio de acusaciones. De hecho, esos vídeos podrían llegar en breve a los juzgados si prosperan las denuncias interpuestas entre ellos.

Porque el pasado mes de febrero fue uno de los más violentos en el CIE. Dos agentes resultaron heridos en sendas trifulcas con los internos. Uno de ellos, tuvo un problema con un subsahariano que estaba hablando en la cabina a la hora de comer. Cuando terminó, quiso entrar y la negativa del policía desencadenó una pelea entre ellos al que se unieron otros internos. Los golpes sólo pararon cuando otro policía se percató de la situación.

El siguiente incidente grave lo protagonizó un agente con un interno dominicano, también en el comedor, y a cuenta de un problema con las bandejas y los turnos. Esta pelea, al parecer, fue más fuerte y podía haber acabado peor. El agente fue ingresado en el Doce de octubre y sigue de baja.

El intento de motín del pasado martes y otros muchos incidentes violentos que han tenido lugar en el Centro de Internamiento de Aluche han llevado a la Unión Federal de Policía (UFP) a pedir un incremento de la seguridad y de efectivos en el CIE. Lo ha hecho por escrito y su petición tendrá que ser contestada por la Jefatura Superior el próximo día 18.

En cualquier caso, el policía que tuvo el incidente con el dominicano sí que denunciará formalmente al interno ante la Justicia. El secretario provincial de la UFP, considera insuficientes a los agentes que velan por la seguridad en el centro. Alfredo Perdiguero, asegura que son diez agentes los que vigilan a los internos los días laborables y ocho los fines de semana. Una cifra bastante baja para los hasta 280 internos del CIE.

Con mascarillas

«Está claro que Aluche es un destino de castigo. Eso lo sabe todo el mundo. Muy pocos quieren trabajar ahí, prefieren hacer seguridad en Latina a la intemperie». Además, tienen que trabajar con mascarillas y gente en una situación límite que prefiere cometer cualquier barbaridad antes de ser deportado», explica Perdiguero. En abril

de 2008, los antidisturbios tuvieron que entrar en el CIE por un motín de los internos que se encontraban también en huelga de hambre en esos momentos.

Fonte: <http://www.larazon.es/noticia/7096-los-policias-alertan-de-un-brote-de-violencia-en-el-cie-de-aluche> 11.03.2010

Delito de inmigración en Italia; delito de solidaridad en Francia

Por Ivanovich Torres / FRANCIA

Son países que acumulan ciertas semejanzas. Una de ellas es la “política del espectáculo”, emprendidas comúnmente por el histrionismo de sus dignatarios Sarkozy-Berlusconi. La segunda aproximación converge en sus políticas de inmigración. El gobierno italiano hizo votar (14 de mayo) una nueva ley de seguridad contra la inmigración clandestina; envuelta en términos de seguridad y protección ciudadana, el gobierno de Berlusconi obtuvo una victoria tanto añorada por su aliado político de la Liga del Norte, grupo xenofóbico de la ultra derecha italiana.

Validada por los diputados (mayoría progubernamental), aún resta conocer si el senado italiano avala dicha ley a finales de mayo. Todo esto es un simple trámite legal ya que las políticas y acciones enérgicas contra las comunidades extranjeras, en especial las entidades rom, son comunes en Italia. La ley consiste, entre otras medidas, de multas que van de 5 a 10 mil euros, 3 años de cárcel para las personas que acogen o rentan un departamento a inmigrantes; quedaron en la orilla enmiendas como la denuncia (obligatoria) por parte de médicos de hospitales y responsables de escuelas, es decir, los funcionarios públicos. En el texto de ley encontramos la aprobación de las “rondas ciudadanas” (comunes en el norte de Italia), que colaborarán con la policía vía la delación, su misión es señalar el desorden público... ¿Qué podrá significar para estas personas “desorden público”: quizás un hombre de origen africano paseando tranquilamente en las calles de Milán, por ejemplo? Conciso, el mismo Berlusconi formuló su rechazo a la idea de una “Italia multiétnica”.

Expulsar a los sin papeles y también impedir el arribo de clandestinos (la isla de Lampedusa es un trágico ejemplo) que arriesgan sus vidas en pateras (embarcaciones repletas de clandestinos) provenientes de las costas magrebíneas de África. La Agencia de la ONU para los refugiados (ACNUR), se posicionó al

respecto vía su vocero, Ron Redmond (conferencia de prensa el 12 de mayo, en Suiza); “Si bien el ACNUR tiene en consideración los retos que suponen las migraciones irregulares a Italia y a otros países europeos, estamos muy preocupados por el hecho de que la nueva política llevada a cabo por Italia pueda socavar el acceso al asilo en la Unión Europea y pueda comportar un riesgo de violación del principio fundamental de non-refoulement (no devolución), consagrado en la Convención de 1951 relativa al estatuto de los refugiados y en el derecho de la UE, así como en otros instrumentos de derecho internacional relativos a los derechos humanos”, dijo Redmond.

“Delincuentes de la solidaridad” en Francia

Al otro lado de los Alpes, el gobierno de Sarkozy sigue también una política de expulsión. Al norte del país (Nord-Pas-de-Calais) existe una gran concentración de inmigrantes provenientes de Pakistán, Afganistán e Irak (entre otros), teniendo como objetivo de llegar a Inglaterra. Provenientes de zonas de guerra (y según los convenios internacionales) no pueden ser expulsados. Sin embargo, la policía gala hace todo lo posible para dispersarlos y reprimirlos sin brindarles ninguna ayuda jurídica. El relevo humanitario corre a cargo de ciudadanos franceses o de organismos católicos como laicos que brindan alimentos, bebidas, cobertores y en algunos casos un acompañamiento social.

El ministro de la inmigración, Eric Besson, ha reiterado en múltiples ocasiones que no existe ninguna represión contra las personas que brindan apoyo a los sin papeles; las acciones, según Besson, son dirigidas para detener a las redes de tráfico internacional de clandestinos. No obstante, las acciones de la policía también son dirigidas contra los ciudadanos galos. El pasado 25 de febrero, por la mañana, fue arrestada Monique Pouille (59 años) por la Policía de Fronteras de Francia (PAF), ordenada por un

juez de instrucción. Pouille es una mujer que milita en una asociación (Tierra de errancia) que organiza la repartición de alimentos para clandestinos; además de ayudar, Pouille permitía recargar los móviles (teléfonos celulares) de varios de ellos en su domicilio. He aquí los motivos expresados por los policías: “venimos a buscarla para detenerla por haber cometido el flagrante delito de ayuda a personas en situación irregular”. Los “delitos” enunciados por las autoridades fue la sospecha de que Pouille fuese una colaboradora de la mafia de tráfico de inmigrantes. Detenida por 10 horas en la comisaría, fue liberada al no poderse comprobar ningún cargo.

La caza de los sin papeles en Francia lleva a situaciones disparatadas. Principios de mayo en Nimes (sur-este del país): 15 gendarmes (a la 6 de la mañana) irrumpen en una casa para

arrestar a una pareja (ruso-azerbaiyana) sin papeles y a sus dos hijos de 8 años y 4 meses... la pareja había solicitado un asilo desde 2005, obteniendo solamente negativas por parte de la prefectura. El juez de libertades y detenciones de Nimes consideró el arresto anormal, otorgando la liberación inmediata de la pareja... del niño de 8 años y del bebé de 4 meses; la orden de expulsión del territorio, por parte de la policía, sigue en pie. “Si la solidaridad es un delito, demando a ser perseguido por tal delito”, detrás de esta frase están reagrupadas más de 354 organizaciones y ciudadanos. Todas ellas denuncian la represión del gobierno de Sarkozy hacia los sin papeles: para el 2010 deberán ser echadas de Francia cerca de 30 mil personas.

Fonte: <http://cinoticias.com/2009/05/23/delito-de-inmigracion-en-italia-delito-de-solidaridad-en-francia/> 23.05.2009

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Giugno 2010 – Economia e migrazioni: lavoro / *brain drain*
- Settembre 2010 – Cultura: xenofobia / discriminazioni
- Dicembre 2010 – Migrazioni forzate: Rifugiati

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Junho 2010 – Economia e migrações: trabalho / fuga de cérebros
- Setembro 2010 – Cultura: xenofobia / discriminações
- Dezembro 2010 – Migrações forçadas: Refugiados

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- June 2010 – Economy and migrations: work / brain drain
- September 2010 – Culture: xenophobia / discriminations
- December 2010 – Forced migration: Refugees

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Junio 2010 – Economía y Migraciones: trabajo / fuga de cerebros
- Septiembre 2010 – Cultura: xenofobia / discriminaciones
- Diciembre 2010 – Migraciones forzadas: Refugiados

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?